



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS – FACC**  
**PROFESSOR ORIENTADOR: SYNVAL DE SANT'ANNA REIS NETO**

**MONOGRAFIA**

**A PARTICIPAÇÃO DOS MUSEUS NA FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL  
E NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO CIDADÃO BRASILEIRO**

**ROSEMARY DE FÁTIMA TURQUE IMPRONTA**

**DRE: 105053295**

**JUNHO, 2009**

**A PARTICIPAÇÃO DOS MUSEUS NA FORMAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL E NA  
CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DO CIDADÃO BRASILEIRO**

**por**

**Rosemary de Fátima Turque Impronta**

**Monografia apresentada à Faculdade de Administração e Ciências  
Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Orientador: Professor Synval de Sant'Anna Reis Neto**

**Junho de 2009**

Aos meus filhos, Marcos Henrique e Guilherme Augusto, ao meu marido, Flávio, e amigos:

Desculpem pela distância, pelo abandono, pela falta de espaço, pela falta de atenção, pelas noites mal dormidas, pelos livros espalhados, pela desordem em nossas vidas. Foi a busca pela realização de um sonho.

[...] Perdoem a falta de abraço, Perdoem a falta de espaço, Os dias eram assim...

[...] Quando brotarem as flores, Quando crescerem as matas, Quando colherem os frutos, Digam o gosto pra mim..."

Aos Nossos Filhos  
Ivan Lins e Vitor Martins

Ao mestre Synval,  
Obrigada pela oportunidade, pelo incentivo, pelo respeito,  
pelo norte.

## RESUMO

O presente trabalho conduz a uma reflexão sobre a participação dos museus na formação história e identitária do povo brasileiro e disserta em seus capítulos sobre as noções de pátria e de nação e os elementos identificadores da nacionalidade do indivíduo. Tem desenvolvido também as formas, ou a forma, de povoamento e de governo que nos diferem ou nos assemelham com outros povos e seus reflexos na formação da sociedade atual.

As origens da sociedade brasileira e seus desmembramentos até a concepção de povo brasileiro que temos hoje são trabalhadas de forma a destacar a múltipla herança racial da nossa população, que se difere ou se assemelha, com outros povos de outras nações no mundo e o que essa miscigenação pode influir no reconhecimento de nossa história e cultura e na nossa formação identitária. Assim como o caráter de obra criadora originalmente negra de nosso povo, que difere das origens americanas do norte e da maioria dos países da América do Sul, perde-se na valoração ainda tardia das riquezas culturais e históricas dos brasileiros.

O relativismo cultural também existente nas diversas esferas de nossa sociedade nos ajuda a compreender ou a refutar a concepção do que seja cultura em nosso relacionamento familiar e social. Para a maioria dos teóricos o fato de nossa cultura ser abstrata dificulta, como a música e as festas nacionais e regionais, e fragmenta a nossa identidade cultural, haja vista os viéses e a estrutura governamental, da colonização até os dias atuais, e as práticas educacionais utilizadas através de décadas na formação intelectual do povo brasileiro. Trata, este trabalho também a

forma como cada cidadão como unidade de sua família ou cada sociedade a que pertença lida com a herança cultural de seus ascendentes.

A relação da língua brasileira com a cultura e a identidade dos brasileiros e como a evolução da escrita e da fala foi absorvida ou desenvolvida pela população, não só através dos signos utilizados e de estudo sobre a herança cultural de outros povos, mas também, da exposição de números obtidos através de anos de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são trabalhados de forma a embasar nosso entendimento.

A participação das unidades de ensino e o reconhecimento dos museus como entidades voltadas para a educação tendo como indicadores 144 (cento e quarenta e quatro) alunos dos níveis fundamental, médio e superior de algumas unidades de ensino da zona sul do Rio de Janeiro fortaleceram a idéia da importância dos museus como participante da formação histórica e cultural e na construção identitária do cidadão brasileiro.

## **ABSTRACT**

This paper leads to a reflection on the participation of museums in shaping history and identity of the Brazilian people and discourse in their chapters on the concepts of homeland and nation and the information identifying the nationality of the individual. It has also developed the forms or the form of settlement and government in different or similar in other nations and its impact on training in today's society.

The origins of Brazilian society and its dismemberment by the design of the Brazilian people that we have today are worked in order to highlight the multi-racial heritage of our population, which differs or is similar, with other peoples of other nations in the world and that mixed may influence the recognition of our history and our culture and identity formation. As the character of original creative work of our black people, which differs from the origins of North American and most South American countries, you lose even late in valuation of the wealth of cultural and historical Brazilians.

The cultural relativism also found in various spheres of our society helps us to understand or to refute the concept of culture that is in our family and social relationships. For most theorists the fact that our culture hinders be abstract, such as music festivals and national and regional, and fragments of our cultural identity, given the biases and governmental structure of colonization until the present day, and the educational practices used over decades in the intellectual formation of the Brazilian people. Deals, this work also the way everyone in your family as a unit or each company belonging to deal with the cultural heritage of their ancestors.

The relationship of language with the Brazilian culture and identity of the Brazilians and the evolution of writing and speech was absorbed or developed by people, not only through the signs and used to study the cultural heritage of other peoples, but also the exposure numbers obtained through years of research by the Brazilian Institute of Geography and Statistics are worked so that our understanding based.

The participation of units of learning and recognition of museums as organizations dedicated to education with the indicators 144 (one hundred and forty-four) basic levels of students, middle and higher education of some units of the southern Rio de Janeiro strengthened the idea the importance of museums as part of the historical formation and cultural identity and the construction of a Brazilian citizen.

## SUMÁRIO

<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
INTRODUÇÃO .....	9
OBJETIVO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	11
SITUAÇÃO PROBLEMA .....	13
RECURSOS METODOLÓGICOS.....	19
CAPÍTULO 1: DA DEFINIÇÃO DE PÁTRIA .....	22
CAPÍTULO 2: DA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO .....	28
CAPÍTULO 3: DA DEFINIÇÃO DE CULTURA .....	38
CAPÍTULO 4: DA FORMAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA .....	43

<b>CAPÍTULO 5: DA LÍNGUA BRASILEIRA .....</b>	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO 6: DA EXPOSIÇÃO BRASILEIRA:</b>	
<b>CULTURA E HISTÓRIA .....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO 7: DAS UNIDADES DE ENSINO E SUAS PARTICIPAÇÕES NA INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUSEUS E A COMUNIDADE.....</b>	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO 8: RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA EM UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR .....</b>	<b>101</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO 1 .....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXO 2 .....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO 3 .....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO 4 .....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Diante da nossa proposta, que busca o aprimoramento dos museus<sup>1</sup> como instituições de formação cultural, histórica e social do indivíduo brasileiro, contextualizamo-nos na atual crise financeira, que de tempos em tempos fazem parte da nossa realidade, e na, não menos cíclica, discussão sobre o intervencionismo do estado na economia, tendo como evidente que os sacrifícios na sociedade recairão sobre os que trabalham e os que produzem bens tangíveis. “De todas as mudanças provocadas pelo ciclo neo-liberal que ora dá sinais de exaustão, a mais profunda, aquela que causou estragos maiores, foi a que aconteceu no interior de cada indivíduo, a corrupção da alma do homem sob o neo-liberalismo“[...] “A hegemonia neo-liberal das últimas décadas não melhorou a vida das pessoas comuns, ao contrário: ampliou e fomentou as desigualdades sociais, embora tenha sido muito boa para os ricos.” (TRIGO, Luciano. O GLOBO. ECONOMIA. 5 DE OUTUBRO DE 2008).

Ao fazer referência a Max Weber que afirmara que “as coisas só podem ser compreendidas se forem observadas a sangue frio e em profundidade, apreendendo sua objetividade” o autor Domenico de Masi, em sua obra “O Ócio Criativo”, enfatiza que se compreende melhor a realidade quando a observação se dá ao longo de um

---

<sup>1</sup> **Museu:** instituição de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de recolher, conservar, pesquisar e valorizar de diversas maneiras um conjunto de elementos de valor cultural e ambiental: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos; o conceito abrange ainda jardins botânicos, zoológicos, aquários, planetários, parques nacionais, sítios arqueológicos. ([www.wilipedia.org.br](http://www.wilipedia.org.br))

lugar destinado ao estudo, reunião e exposição de obras de arte, de peças e coleções científicas, de objetos antigos, etc. (BUENO, Francisco da Silveira, Minidicionário da Língua Portuguesa, p. 446, 1996).

processo, assim, procuramos desenvolver neste trabalho fatos anteriores, sociais, culturais, econômicos e políticos, que pulverizaram a história de vida dos brasileiros e das instituições museológicas anteriores ao neo-liberalismo econômico até os dias atuais.

Os avanços tecnológicos da sociedade atual, principalmente no que se refere ao acesso às informações, fizeram com que os indivíduos cada vez mais necessitem e demandem informações das instituições com as quais eles se relacionam, e os museus, em particular, distanciam-se dos brasileiros se considerados como propagador e orientador cultural.

Acompanhando essa tendência, todas as organizações, em maior ou menor escala, possuem formas para se comunicar com seus públicos-alvo, seja através da mídia, de eventos, de comunicação contínua ou de um simples serviço de atendimento. Essas ações têm por finalidade a solidificação do relacionamento com o público, para que este se torne fiel à marca e à missão da instituição.

Os museus têm vital importância para a valorização da cultura e história brasileiras e, por isso, devem se utilizar de meios de comunicação adequados para cativar e aproximar o público. Contribuir para a exaltação do pertencimento de ser brasileiro caracteriza a comunicação dos museus com o público como potencializadora de ideais e conhecimento e, como índice exponencial, fortalecedora e institucionalizadora da identidade cultural e histórica brasileira.

## **OBJETIVO E DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise da problemática dos museus brasileiros como fator preponderante à disseminação da história e da cultura brasileira, considerando o processo de comunicação destes para com a população, assim como a disfunção dessas instituições na formação educacional, histórica, cultural do brasileiro. Tratar, assim, a formação identitária de cada cidadão como fator preponderante para estimular o pertencimento e o nacionalismo, pouco difundidos entre nossas instituições.

Desenvolver uma reflexão a respeito do papel dos museus brasileiros como meras instituições mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada, atribuindo-lhe valores documental e educacional, este último semiutilizado, ou em escala inferior ao potencial e importância que lhe podem ser exprimidos.

Foram, em virtude do papel dos museus como formadores da identidade nacional brasileira, estudadas a comunicação existente entre as unidades de ensino públicas dos níveis fundamental, médio e superior e os museus e suas participações na integração entre os museus e a comunidade escolar.

Para isso, fora definido no trabalho o conceito de pátria, estabelecendo critérios de avaliação e caracterização para esmiuçar os vieses existentes na nossa concepção de nação, desde o descobrimento até os dias de hoje.

Fora também caracterizada a identidade do povo brasileiro, da colonização, da migração, da miscigenação, considerando as raízes, passando pela difícil relação do povo com a história e a política do Brasil.

A formação cultural do povo brasileiro também fora critério de avaliação e estudo neste trabalho. Diante da percepção de influência de outras culturas, podemos, assim, avaliar até que ponto pode ser considerada, ou estabelecida relações de causa e efeito o distanciamento do público com os museus brasileiros.

Definir cultura, assim como a formação cultural brasileira, calcou a idéia de que tudo o que somos, ou o que pretendemos ser como nação, só nos podem ser apreendidos se forem considerados como ‘pedra fundamental” na história do nosso povo.

A nossa língua também fora avaliada como instrumento de comunicação que, importada, mesclada e mal trabalhada, favorecem ao acultramento e a pouca resistência às influências de outras línguas.

O contexto do Brasil como nação fora tratado estabelecendo uma correlação entre a situação atual da disseminação da nossa cultura<sup>2</sup> e história através das instituições museológicas e a formação educacional da população brasileira, com também para buscar a possível existência da correlação com a situação econômica da população.

A Problemática dos Museus foi tratada no capítulo “Das Unidades de Ensino e suas participações na integração entre os museus e a comunidade”, onde fora

---

<sup>2</sup> Cultura: desenvolvimento intelectual; saber; utilização industriais de certos produtos naturais; instituições, costumes e valores de uma sociedade; cultivo (BUENO, Francisco da Silveira, Minidicionário da Língua Portuguesa, p. 176, 1996).

pormenorizado o caminho da educação<sup>3</sup> no Brasil, as partes beneficiadas e a influência percebida na interação da comunidade escolar com os museus.

A exposição brasileira e a forma pela qual a nossa cultura e história é recebida no mundo globalizado, fora também considerada como fator relevante neste estudo.

## **SITUAÇÃO PROBLEMA**

A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX com a qualidade fundamental de controle administrativo orientados ao desenvolvimento, à profissionalização, à impessoalidade, ao formalismo (CHIAVENATO, 2006). Porém a ineficiência ou a incapacidade das instituições voltarem-se para os serviços aos cidadãos vistos como clientes conduziu a administração pública à disfunção da burocracia<sup>4</sup>, modelo idealizado por Max Weber<sup>5</sup>, dado que destacamos no decorrer do trabalho com uma das grandes problemáticas dos museus brasileiros.

---

<sup>3</sup> Educação: instituição; ensino; polidez; cortesia (BUENO, Francisco da Silveira, Minidicionário da Língua Portuguesa, p. 225, 1996).

<sup>4</sup> Burocracia: estrutura social legalmente organizada; organização baseada em legislação própria que define como a organização deve funcionar; instrumento de exercício de poder; sistema de controle social baseado na racionalidade (adequação dos meios para se alcançar os fins) tendo em vista a eficiência na obtenção dos resultados esperados (CHIAVENATO, 2006)

<sup>5</sup> Maximilian Carl Emil Weber nascido na cidade de Erfurt, Alemanha, em 21 de Abril de 1864, foi um intelectual alemão, jurista, economista, considerado um dos fundadores da Sociologia e o fundador da Teoria da Burocracia. Morreu de pneumonia em Munique, Alemanha, a 14 de Junho de 1920 ([www.wikipedia.org.br](http://www.wikipedia.org.br)).

“Comunicação é um campo de conhecimento acadêmico que estuda os processos de comunicação humana” ([www.wilippedia.org](http://www.wilippedia.org)). Pode ser definida como a troca de informação entre sujeitos ou objetos. Os componentes da comunicação são: o emissor, o receptor, a mensagem, o canal de propagação, o meio de comunicação, a resposta (feedback) e o ambiente onde o processo comunicativo se realiza.

Com relação ao ambiente, o processo comunicacional sofre interferência do ruído e a interpretação e compreensão da mensagem pode ser comprometida. Quanto à forma, a comunicação pode ser verbal, não verbal e mediada.

O surgimento de novas tecnologias, além da sofisticação e aprimoramento de métodos de comunicação já existentes, tornam mais dinâmicos as possibilidades de comunicação. Essa evolução na área de comunicação é parte integrante da própria evolução do homem e da sociedade, mesmo porque é sabido que a comunicação está diretamente ligada aos sentidos humanos.

Instituições são organizações ou mecanismos sociais que controlam o funcionamento da sociedade e dos indivíduos. São produtos do interesse social que refletem as experiências quantitativas e qualitativas dos processos socioeconômicos. Organizadas sob a forma de regras e normas, visam à ordenação das interações entre os indivíduos e suas respectivas formas organizacionais.

As instituições (formais ou informais), são instrumentos indispensáveis à compreensão da lógica evolutiva das partículas sociais, sendo o seu estudo primordial ao entendimento dos complexos processos pelos quais o capital se estrutura. Em essência, as instituições são responsáveis pela organização das interações sociais, analisando sua evolução e desenvolvendo métodos que as associem a um ambiente

favorável à alocação racional de recursos que racionalizem a satisfação das necessidades sociais ([www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org))

Neste trabalho fora desenvolvido que para despertar o interesse das pessoas em algum serviço ou produto há a necessidade de algum estímulo nestes sentidos e para tanto, necessitamos de alguma forma de comunicação. Fora, também, evidenciado que os segmentos de mercado da sociedade estão cada dia mais sensíveis e por conseqüência exigentes. Por isso, deriva a necessidade de usarmos não só todas as possibilidades de comunicação existentes mas fazer isso de forma correta no sentido de busca pertinente e individual de acordo com cada ramo de atividade, ou seja, atingir o segmento de mercado adequado.

Diante dessa situação, as instituições museológicas estiveram em foco, pois devem buscar não só os meios de comunicação mas também utilizar a linguagem para atingir o tipo de público-alvo que elas pretendem se relacionar.

A preocupação utilitarista de Portugal em relação ao Brasil evidencia-se no decreto de criação do Museu Nacional, datado de 06 de junho de 1808:

Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes, que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: Hei por bem que nesta Corte se estabeleça um Museu Real onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem dispersos por outros lugares, ficando tudo a cargo das pessoas que Eu para futuro nomear. E sendo-Me presente que a morada de casas que no Campo de Sant'Ana

ocupa o seu proprietário João Rodrigues Pereira de Almeida, reúne as proporções e cômodos convenientes ao dito estabelecimento, e que o mencionado proprietário voluntariamente se presta a vendê-la pela quantia de trinta e dois conto por Me fazer o serviço; Sou servido a aceitar a referida oferta que, procedendo-se à competente escritura de compra para ser depois enviada ao Conselho da Fazenda e incorporada à mesma cada dos próprios da Coroa. (...)

(SCHWARTZMAN, Simon, 1979, p. 56.)

O histórico e vida dos museus brasileiros passa por características de desenvolvimento lento e de estagnação, ao contrário do que aconteceu em outras nações, que tiveram como fatores principais de progresso as conquistas e dinheiro. Como bem relata Simon, “é sabido que as conquistas de Napoleão enriqueceram os museus da França e empobreceram os museus da Itália e da Alemanha. A campanha do Egito, encheu as galerias do Louvre com as riquezas, até então ignoradas, da alta civilização dos faraós. Os museus de arte e de história natural dos americanos do norte enriqueceram-se à custa das fortunas de alguns arquimilionários.” (SCHWARTZMAN, Simon, 1979, p. 57 - 58.)

Quando nos referimos aos museus, uma instituição presente em todas as nações, vem a nossa mente alguns dos maiores em importância no mundo como o Louvre, por exemplo. A maioria dos brasileiros que viaja para o exterior busca conhecer a história e a cultura do país que visitam através de seus museus.

Entretanto, aqui no Brasil, ainda que desconheçam a história ou que saibam pouco, não buscam a intimidade necessária através do hábito de visitar museus. O Brasil conta com cerca de 2.500 museus, segundo dados do Instituto do Patrimônio

Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Neles, podem ser encontrados desde acervo da cultura indígena e colonial até experimentos científicos modernos. Muitos de nossos museus , entretanto, são pouco atrativos devido à pouca ou quase nenhuma preservação, apesar de suas importantes informações a respeito das nossas origens culturais e históricas ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br))

Como qualquer outra instituição, os museus possuem relação de interdependência com seus públicos-alvo e precisa que esta seja sempre estável e traga benefícios para ambas as partes. Visualizamos, porém, que a maioria dos brasileiros, moradores de cidades grandes ou não, possuem pouco ou nenhum acesso às exposições, sejam elas permanentes ou periódicas, apresentando, por vezes, dificuldades de acesso aos museus.

No início os museus eram salas de curiosidades, com acervo formado por coleções particulares de objetos variados e intrigantes: de animais empalhados a pontas de flecha. Com o tempo, essas salas desordenadas organizadamente atraíam a atenção do público em geral, e passaram a ser abertas a visitação. A procura fez com que cada sala fosse especializada em um assunto (história natural, arte, cultura), para melhor atender a necessidade de estudiosos e curiosos. No século XIX, os museus passam, gradativamente, a tomar a forma como são conhecidos: dedicados a um tema, com acervos catalogados e geralmente situados em prédios exclusivos.

Em pesquisa realizada nos museus da Europa na década de 60, os estudiosos Bordieu e Darbel apontaram um fato externo que aos poucos mudaria a forma que essas instituições seriam vistas pelo público. Naquele momento da história, os alunos do ensino básico e fundamental não estavam mais sendo preparados para receber a

arte e cultura que os museus ofereciam. As escolas subutilizavam ou erradicavam as disciplinas de educação artística e similares, cultivando pessoas sem arcabouço para apreciar e degustar obras artísticas.

O fato apontado por Bordieu e Darbel há 40 anos ([www.museologia.incubadora.fapesp.br](http://www.museologia.incubadora.fapesp.br)) era o ponto inicial das transformações que os museus passariam por conta da não-iniciação cultural que seu público sofrera. Segundo dados da pesquisa, já na década de 60 os grandes museus se preocupavam em atender tanto aos visitantes com nível cultural avançado, apresentando exposições únicas e que exigiam grande conhecimento para apreciá-las, quanto aos com nível mais elementar, com obras de fácil entendimento e de artistas famosos e consagrados; desta forma buscavam agregar grande público com conteúdo.

O que aconteceu na Europa se repetiu em outros lugares do mundo: a escola deixou de iniciar os alunos culturalmente, criando indivíduos sem o conhecimento necessário para apreender as obras de arte. Grande reflexo deste processo é como os museus estão sendo apresentados ao público, não mais como somente um lugar para buscar cultura e arte, mas também como fonte de entretenimento, cultural ou não. Esta foi a maneira que os museus encontraram de se adaptar a um novo público formado por visitantes de nível cultural entre elementar e mediano, que não muito se preocupa em apreender o conjunto da obra, e que frequenta o museu como se fosse ao teatro ou ao cinema (um programa diferente). São pessoas que não vão ter nos museus experiências profundas e marcantes; provavelmente muitos terminarão sua visita com a mesma bagagem cultural que iniciaram, sem agregar nada a si mesmo.

Diagnóstico feito pela incubadora da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, descreve que os museus estão hoje em um momento delicado de sua história, pois estão deixando de ser um centro de cultura, aprendizado e lazer para disputar com cinemas, teatro e internet o interesse de um público que busca entretenimento sem raciocínio, algo imediato ([museologia.incubadora.fapesp.br](http://museologia.incubadora.fapesp.br)).

Este estudo deverá avaliar como, para atuar nessa área, sem perder sua identidade cultural, os museus devem mudar sua postura de só receber e atender às necessidades de indivíduos já formados pela sociedade, mas para também tomar providências durante a formação deles.

## **RECURSOS METODOLÓGICOS**

Os recursos metodológicos utilizados neste trabalho foram:

A Pesquisa Bibliográfica, através da qual foram coletados dados em publicações, sites, artigos, revistas etc., que nos auxiliaram a formalizar o pressuposto da importância dos museus brasileiros para a formação histórica, cultural e social do cidadão. Porém, como bem define o autor Antonio Carlos Gil, a contrapartida, que pode comprometer em muito a qualidade da pesquisa bibliográfica, reside no fato das pesquisas elaboradas pelos autores conterem dados coletados ou processados de forma equivocada, e da necessidade de assegurarmos das condições em que tais dados foram obtidos a fim de reduzir incoerências ou contradições.(GIL, Antonio Carlos, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 2006, p. 65). O autor também atenta para a forma de escolha ou identificação das fontes bibliográficas que nos nortearam para a

solução da problemática da relação dos museus com seu público-alvo e aponta para a conveniência em consultar especialistas da área.

Assim, obtivemos em nosso mestre Synval de Sant'Anna Reis Neto, que nos forneceu informação sobre as obras e autores e a sua apreciação crítica sobre validade e notoriedade do material utilizados como referências, um aliado ao nosso tema, conduzindo-nos e orientando-nos à escolha de autores e obras consagrados mundialmente. (GIL, Antonio Carlos, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 2006, p. 84,). Utilizamos dados secundários obtidos por autores brasileiros consagrados como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda e, como Referencial Teórico, o sociólogo alemão Max Weber.

Também utilizamos a Pesquisa-Ação que é “uma tática metodológica da pesquisa social, na qual existe ampla e explícita interação entre o pesquisador e as pessoas envolvidas na situação investigada; dessa interação resulta a priorização dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas em ações concretas; o objeto de investigação não se constitui em pessoas, mas sim, em situações sociais e seus problemas” (GONÇALVES; CIAMPONE, 2002)

O Método Estatístico, outro recurso que utilizamos, forneceu-nos reforço à conclusão de nosso trabalho. Ainda segundo o autor Antonio Carlos Gil, as respostas obtidas através desse método não podem ser consideradas absolutamente verdadeiras, “mas dotadas de boa probabilidade de serem verdadeiras”. Ratificamos esta informação ao considerar o fato da coleta de nossos dados serem feitas em unidades escolares localizadas em Bairros da Zona Sul do Rio de Janeiro, situadas mais próximas aos principais museus da cidade, e de não representarem, devido ao número considerado

de questionários respondidos, uma amostra e sim uma estimativa dos dados. (GIL, Antonio Carlos, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 2006, p. 35.). Ainda de acordo com a descrição da autora Eva Lakatos, “os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relações entre si [...] e obter generalizações sobre a natureza, ocorrência ou significado.” (LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica, 2008, p. 93)

### **TÉCNICA DE LEVANTAMENTO:**

Utilizamos o questionário que consta de 11 (onze) perguntas, dentre as quais a primeira elimina os respondentes de seguir adiante, visto que, se nunca houveram visitado museus, não foi possível responder às perguntas subsequentes.(VIDE ANEXO 1), os quais contribuíram para a análise estatística dos dados. Utilizamos, assim, também, o Método Estatístico que além de fornecer uma descrição quantitativa da sociedade, aqui os alunos respondentes, pode ser considerado um método de experimentação e prova, pois é método de análise. (LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica, 2008, p. 93)

O trabalho também está composto por entrevistas que foram realizadas com professores da rede de ensino fundamental, médio e superior fechando o ciclo do Método Pesquisa-Ação.

Os recursos bibliográficos utilizados e elencados no subtítulo Referências fundamentaram as análises feitas pelas entrevistas, pelas respostas dos respondentes

ao questionário e pela idéia do projeto de elaboração do trabalho tendo como tema “A participação dos museus na formação histórica e cultural e na construção identitária do cidadão brasileiro”

## **CAPÍTULO 1: DA DEFINIÇÃO DE PÁTRIA**

Ao pesquisarmos os conceitos ou definições de pátria e de nação, temos que:

“**Pátria** (do latím ‘patris’, terra paterna) indica a terra natal ou adotiva de um ser humano, que se sente ligado por vínculos **afetivos**, culturais, valores e história. Pátria tem a ver com o conceito de país, do italiano paese, por sua vez originário do latim pagus, aldeia, donde também vem pagão” (www.wikipédia.org.br; grifo nosso);

“País em que se nasce; província, cidade, vila ou aldeia natal; terra dos pais” (BUENO, Silveira, Minidicionário da Língua Portuguesa, 1996, p. 489)

**Nação**, do latim *natio*, de *natus* (nascido), é a reunião de pessoas, geralmente do mesmo grupo étnico, falando o mesmo idioma e tendo os mesmos costumes, formando, assim, um povo, cujos elementos componentes trazem consigo as mesmas características étnicas e se mantêm unidos pelos hábitos, tradições, religião, língua e consciência nacional.

“Conjunto de habitantes de um território, ligado por tradições e lembranças, interesses e aspirações comuns e subordinados a um poder político central que mantém a unidade do grupo; região ou país governados por leis próprias; **pátria**, povo, raça” (BUENO, Silveira, Minidicionário da Língua Portuguesa, 1996, p. 489, grifo nosso)

O sociólogo Max Weber, ao explorar os vários significados do que seja Nação para os habitantes de um território, em sua obra *Ensaio de Sociologia*, afirma que “o fervor dessa influência emocional não tem, no todo, uma origem econômica. Baseia-se em sentimentos de prestígio” Assim, para Weber, o nacionalismo em muitos países é explorado pelos grupos de classe dominante que têm o poder de determinar uma conduta comum, coexistindo com a ideia de nação a ideia de Estado Político, além de interesses materiais e ideológicos impostos aos que habitam o território de maneira imperialista. Entendemos, portanto, que no Brasil, em época não só do Império, mas também, durante o período de ditadura militar, a ideia de nacionalismo foi imposta ao povo como forma de apego e crença de responsabilidade com a Nação, a todos assegurados o pertencimento ao território ainda que coercivamente. (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 201- 202)

Maria de Lourdes Viana Lyra, esclarece-nos que “As noções de pátria e de nação passaram a ser confundidas a partir da Revolução Francesa<sup>6</sup>, indicando ambas o mesmo sentido de local de origem e de comunidade de indivíduos que vivem num mesmo território” . Segundo a autora, as lutas e os combates durante as guerras motivaram a instituição da identidade do cidadão com o seu território, ao sentimento de unidade, de integração e da “herança legada por um passado comum”. Assim, a ideia de Pátria, a formação do Estado Político, ou de uma nação politicamente organizada têm como ideais comuns os interesses dos cidadãos do seu território, ou seja, um

---

<sup>6</sup> Revolução Francesa: nome dado ao conjunto de acontecimentos que, entre 5 de Maio de 1789 e 9 de Novembro de 1799, alteraram o quadro político e social da França. Em causa estavam o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a autoridade do clero e da nobreza. Foi influenciada pelos ideais do Iluminismo e da Independência Americana (1776). Está entre as maiores revoluções da história da humanidade.([www.wikipédia.org.br](http://www.wikipédia.org.br))

Estado-Nação que “identificava os indivíduos a ele interligados pelos laços de nacionalidade”. Para a autora o sentimento de nação, assim como Max Weber defende em sua obra, passou a ser imposto pelas classes dominantes que alcançaram uma história de riqueza e poderio, fundidos o prestígio e o poder, difundidos pelas massas populacionais nos séculos posteriores (LYRA, Maria de Lourdes Viana, Pátria do cidadão, A concepção de pátria/nação em Frei Caneca, 1998).

Sérgio Buarque de Holanda em sua obra Raízes do Brasil ao estabelecer a relação particularista do colonizador português no meio em que convive e com o trabalho declara que “à autarquia do indivíduo, à exaltação extrema da personalidade, paixão fundamental e que não tolera compromissos, só pode haver uma alternativa: a renúncia a essa mesma personalidade em vista de um bem maior”(HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil, 2004, p.39).

Percebemos, assim, que a noção de lealdade e obediência impostos pelos portugueses na colônia foi o único princípio político, que visualizando a concentração do poder, procuraram, à força, impor um nacionalismo até então desconhecido pelos habitantes de nossa terra, os índios, e mais tarde, os negros africanos. A ideia nacionalista não fora difundida pelos colonizadores. O mecanismo de administração colonial visava impedir que houvesse essa consciência nacional, tornando-nos dependentes ao regime administrativo da coroa. Talvez devemos a regionalização e as suas diferenças culturais e até linguísticas dos estados brasileiros a essa forma de administração vertical.

Max Weber, esclarece ainda que o conceito de nação não se impõe de forma igualitária e empírica a todos os membros de um determinado grupo social integrante de um território. Para o autor, “podemos arrancar de certos grupos de homens um sentimento específico de solidariedade frente a outros grupos”. Parece-nos, indubitavelmente, que o colonizador português o aplicara, primeiramente na tentativa de catequização dos índios e, mais tarde na imposições ao trabalho forçado e à lealdade, aos negros africanos e, por que não dizer, nas terras concedidas pelas Capitânicas Hereditárias<sup>7</sup>.

Não é de se estranhar que de acordo com os costumes e hábitos próprios dos povos iberos, as terras colonizadas pelos portugueses e espanhóis, tendo com exemplo mais próximo o Brasil, que a formação das sociedades se formassem à semelhança das estruturas sociais desses povos primeiramente e, posteriormente, ao quadro evolutivo da Europa, mais especificamente, da França, com aspectos e características da formação nacional: “a necessidade de povoar as novas colônias preocupou as Coroas inglesa e portuguesa, ao passo que a Espanha, no primeiro século da colonização, expropriou as riquezas nativas acumuladas no México e no Peru” (GRIECO, Francisco de Assis, O Brasil e a Colonização, 1998, p. 32 - 33)

Ainda segundo Weber, “além dos interesses imperialistas diretos e materiais há interesses em parte materiais e em parte ideológicos de camadas que são, sob vários aspectos, intelectualmente privilegiada pela existência de tal forma de comunidade

---

<sup>7</sup> Capitânicas Hereditárias: as capitânicas foram uma forma de administração territorial do império português uma vez que a Coroa, com recursos limitados, delegou a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas a particulares, através da doação de lotes de terra, sistema utilizado inicialmente com sucesso na exploração das ilhas atlânticas.([www.wikipédia.org](http://www.wikipédia.org))

política e, na realidade, privilegiada pela sua simples existência” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 202). Dentro desse pensamento, Gilberto Freyre, ao descrever a forma de pertencimento e colonização do povo português em nossas terras declara que “No Brasil, como nas colônias inglesas de tabaco, de algodão e de arroz da América do Norte, as grandes plantações foram obra não do Estado colonizador, sempre somítico em Portugal, mas de corajosa iniciativa popular”. Atribuindo valor aos particulares que, proprietários de sesmarias transferiram-se para o Brasil com sua família “dispostos a vir povoar e defender militarmente, como era exigência real”

Gilberto Freyre, relata em sua obra Casa-Grande&Senzala que “a família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil [...] a força social que se desdobra em política [...] mais tarde o próprio imperialismo ou, antes parasitismo econômico, que procura estender do reino às colônias os seus tentáculos absorventes”. Max Weber destaca que “na verdade, em toda parte, os ‘nacionalistas’ especialmente radicais são, com frequência, de origem estrangeira.” Estabelecem, assim, os autores Freyre e Weber idéias análogas de que o nacionalismo, em escala de valor, pode, assim, ser arrancado de certos grupos de homens um sentimento específico de solidariedade e até sobre as influências desses círculos de homens outros busquem formas de prestígio, de maneira a se dedicarem sem restrições, privilegiados pela existência desse poderio sobre a massa nacionalista.

Seguindo a linha de pensamento do sentimento específico de solidariedade e do prestígio aferidos e auferidos, respectivamente, com a nacionalidade, autores como Grieco, observa que “A Conjuração Mineira”, por exemplo, “não foi apenas causada

pela voracidade tributária da Coroa, mas obra de grupo de idealistas, poetas e intelectuais versados na cultura européia. (GRIECO, Francisco de Assis, 1998, p. 32 - 33.). Ainda segundo Max Weber, “Devemos ter plena consciência do fato de que sentimentos de solidariedade, muito heterogêneos tanto na sua natureza como na origem, estão compreendidos pelos sentimentos nacionais” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 210).

De acordo com a Constituição Federal Brasileira, em seu Capítulo III, artigo 12, é considerado brasileiro nato os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil e os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira. ([www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br))

Assim, entendemos e reconhecemos como brasileiros, não só os que nascem no território brasileiro, mas também os que “desejam” ser reconhecidos brasileiros. Max Weber enfatiza que seja “Desnecessário dizer que a filiação ‘nacionalista’ não se baseia no sangue comum. [...] Além disso, embora um tipo antropológico comum, específico, não seja irrelevante para a nacionalidade, não é bastante nem constitui pré-requisito para fundar uma nação” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 203).

Patriotismo ou nacionalismo, entendemos, é algo que podemos querer conquistar, desde que estimulados, seduzidos, afetados. Pertencer a um país, a uma instituição, formal ou informal, transfere-nos identidade. A naturalização de

estrangeiros, por exemplo, é uma opção de nacionalidade inserida na legalidade, e até mesmo de identificação com a cultura e história, não é à toa que, no Brasil, aos originários de países de língua portuguesa é exigido apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Partindo-se dos conceitos de Pátria e Nação de Silveira Bueno e das confusões etmológicas observadas pela autora Maria de Lourdes Viana Lyra, importamos de Weber que, com propriedade, define “Nação” como “uma comunidade de sentimento que se manifestaria adequadamente num Estado próprio; daí, nação é uma comunidade que normalmente tende a produzir um Estado próprio” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 207)

## **CAPÍTULO 2: DA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO**

*Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição.*

*Gilberto Freyre*

As definições de povo pode ser encontrada em sites de pesquisa na internet e, do ponto de vista macro ou micro, assim está definido:

1 - “Do ponto de vista do Direito Constitucional moderno (a partir do século XVIII), o povo é o conjunto dos cidadãos de um país, ou seja, as pessoas que estão

vinculadas a um determinado regime jurídico, a um estado. Um povo está normalmente associado a uma nação e pode ser constituído por diferentes etnias.”

2 - “Na linguagem vulgar, a palavra povo pode referir-se à população de uma cidade ou região, a uma comunidade ou a uma família; também é utilizada para designar uma povoação, geralmente pequena”

3 - “Do ponto de vista histórico, o termo “povo” (do latim “populu”, do etrusco “pupluna”) teve acepções bem diferentes. Para os gregos e romanos, o povo, que tinha a capacidade de decidir sobre os assuntos do estado, era composto apenas pelos cidadãos com disponibilidade para isso.”

4 - “Na Bíblia, o “povo de Deus” referia-se aos Judeus e, a partir do Concílio Ecuménico Vaticano II passou a referir-se aos crentes da Igreja Cristã”

5 – ‘Na Idade Média, o povo era o “Terceiro Estado”, ou seja, a plebe, sem direitos de estado, e ficou com esse “estado” até aos nossos dias, considerado como a massa de cidadãos sem capacidade psicológica para participar na gestão do estado”.

6 - “Com os Descobrimentos e a colonização, quando se ‘descobriram’ e submeteram outros povos, inventaram-se os ‘povos naturais’, ‘povos primitivos’ ou ‘povos indígenas’ que, na segunda metade do século XX passaram a ser designados por etnias. ([www.wilipédia.org.br](http://www.wilipédia.org.br)).

Sérgio Buarque de Holanda disserta a respeito da nossa origem híbrida e esclarece que a formação hereditária que o brasileiro possui não se inicia com a colonização, mas da chegada dos primeiros homens desbravadores. Assim, afirma que “quando os povoadores regulares aqui chegaram, já foram encontrando sobre o pardo avermelhado da massa indígena aquelas manchas de gente mais clara.” E que “muitos

dos primeiros povoadores não fizeram senão dissolver-se no meio da população nativa.”

Herdamos, pois, características de formação híbrida, seja de religiões ou de etnias, da qual originaram os caboclos e mulatos brasileiros, sendo hereditários também a mistura de raças, ou etnias, ( do branco com o negro, do branco com o índio, do negro com o índio, destes, desses e daqueles com o asiático) como bem observa o autor quando relata sobre a herança ou o costume da miscigenação do português em nossa cultura na formação matrimonial: “deles se contaminou a formação brasileira de alguns dos seus vícios mais persistentes e características taras étnicas ou sociais.”(HOLANDA, Sérgio Buarque, Raízes do Brasil, 2004, p.111).

Devemos examinar que além da subordinação econômica, o interesse pelas quinquilharias e a pouca resistência sexual e cultural das populações, já existentes em nossa civilização, e as da grande massa de africanos foi fator para a continuação desse hibridismo étnico em nossas terras, em oposição a outras civilizações no mundo, tal com a Índia que resistiu ao domínio inglês durante muito tempo. Weber esclarece-nos que “nos países de civilização antiga e possibilidades limitadas de expansão econômica, o interesse financeiro e seus representantes têm uma papel social consideravelmente menor do que num país novo” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 420)

*Viu um deles umas contas de rosário, brancas; fez sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e*

*acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.*

*(Carta de Pero Vaz de Caminha)*

Há muito se fala sobre as facilidades encontradas pelos colonizadores em nossas terras, mas a dominação portuguesa no Brasil enraizou e se estabeleceu em condições adversas das de sua origem e com consequências diferenciadas das colonizações espanhola e inglesas em outras terras, visando a unificação e a dependência econômica e cultural à coroa, diferente da fragmentação observadas nas outras culturas. “De formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses” (FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 73)

Max Weber, ao comparar a mistura de classes sociais na formação populacional de algumas sociedades, esclarece que, em comparação com as castas indianas, em geral, a Europa ainda reconhece barreiras em casamentos de classes sociais diferentes. Já “a América” – afirma – “admite entre brancos e pretos (inclusive todos os sangues mistos) nos estados sulistas da União”. Referindo-se aos Estados Unidos da América em seu tempo.

Em particular, podemos identificar na obra “Ensaio de Sociologia” observações que evidenciam referências brasileiras (não especificadas) quando o autor afirma que “o interesse dos homens da camada superior na legalidade da poligamia, que tinham

condições econômicas de manter, continuou existindo, mesmo depois de terminada a aguda escassez de mulheres entre os guerreiros invasores. Essas escassezes forçaram, em toda parte, os conquistadores a desposar moças das populações dominadas” (WEBER, Max. Ensaio de Sociologia, 1982, p. 460).

Gilberto Freyre, descreve sobre a miscigenação do povo brasileiro com a prática da poligamia através da dominação do indígena pelo colonizador ao descrever que “híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constitui mais harmoniosamente quanto às relações de raça” (FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 160)

Ainda com relação à colonização portuguesa no Brasil e às dificuldades encontradas em comparação com a de outros países, Gilberto Freyre afirma que tivera um “caráter de obra criadora, original, a que não pode aspirar nem a dos ingleses na América do Norte nem a dos espanhóis na Argentina” e que pela falta de recursos, pelas diferenças nas condições meteorológicas e geológicas, ainda que segundo a carta de Pero Vaz de Caminha considerara o colonizador rodeado de grandes riquezas naturais, “Nesta terra, *em se plantando, tudo dá.*” [dos portugueses] não se pudera esperar as “mesmas condições de progresso agrícola e industrial que os anglo-americanos.”(FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 77) : Terra e homem estavam em estado bruto.

Muito embora os portugueses sejam povos oriundos da Europa, existe diferenciação no modelo de composição populacional com os outros países do mesmo continente. Portugal já estabelecera contato com africanos, mais especificamente, com as africanas, e a mistura de etnias antecedeu à escravidão brasileira como bem relata

Gilberto Freyre: “A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África” (FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 66).

A evolução da distribuição populacional em nossa país obedeceu ao caminho dos rios brasileiros. Entendemos, assim, que a base física da colonização portuguesa fora as águas, e que seguira a tendência das mesmas de “derramar-se em vez de condensar-se”. (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 88). E apesar da grande quantidade de águas citada na carta de Caminha, *“Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem”*, Gilberto Freyre relata que “muito deve o Brasil agrário aos rios menores”, dado que servira, e ainda servirem, “aos interesses e às necessidades de populações fixas, humanas e animais, instaladas às suas margens”(FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 88).

Hoje, a caracterização do povo brasileiro por seus próprios cidadãos segue, segundo Jean Baptiste, uma fragmentação identitária. Segundo o autor, “o brasileiro identifica-se primeiro com seu Estado ou sua região; considera-se antes paraense, baiano, mineiro, paulista ou gaúcho e, eventualmente, com referência secundária a outro país de origem familiar (Itália, Alemanha, Japão, etc.)”. ( Nardi, Jean Bapiste Artigo Cultura Identidade e Lingua Nacional no Brasil: Uma Utopia?;2002). A esta fragmentação ideológica e territorial do povo brasileiro deve-se à administração estabelecida pela coroa portuguesa, de pouco reconhecimento, de desorganização, de falta de coordenação e controle: “O Brasil formou-se, despreocupados os seus

colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica” .(FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; p. 91; 2008) e “não tinham [os colonos] pela terra nenhum amor nem gosto pela sua cultura” (FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 85).

O filósofo e cientista político, Emir Sader, em sua palestra "O Resgate da América Latina" afirma que a maioria dos povos dos países sul-americanos faz referência a sua história de forma negativa. Segundo ele, o brasileiro não é cidadão, dado que não tem direitos, haja vista que do processo neo-liberalismo originaram a financeirização da economia e a precarização do mercado de trabalho.

Ainda segundo o sociólogo, a riqueza e a diversidade da América Latina não é conhecida, pois não é repassada para sua sociedade. A parte sul do continente americano, assim como a parte sul do planeta, sempre foi o destino comum colonizada pelas mesmas forças. Lembra que as ferramentas atuais, tais como a internet, prejudicam o olhar interessado para o processo que está ocorrendo na América Latina, dado que alguns países seguem o rumo da independência de seu povo e auto-sustentação de sua economia; que falta ao nosso país descobrir-se enquanto pátria independente, grandiosa e capaz ao apresentar-nos, ainda que compactada, a história recente de outras como Bolívia, Argentina e Cuba. O historiador e sociólogo informa a nova relação que surge entre estes países: Cuba forma os melhores médicos e Venezuela produz petróleo: realizam, assim, um escambo (SADER, Emir. O Resgate da América Latina; Projeto Quarta às 4, Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional, 2007)

Gilberto Freyre afirma que a sociedade brasileira desde a fase do seu descobrimento, mesmo entre os abastados, é “um dos povos modernos mais desprestigiados na sua eugenia e mais comprometidos na sua capacidade econômica pela deficiência de alimento” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 104). As consequências, portanto, segundo o autor, do pouco prestígio cognitivo do povo brasileiro, que Max Weber enfatiza ser um dos elementos do interesse pela nacionalização, deve-se à falta de alimentação adequada, ou à má administração dos nossos recursos.

A mobilidade do povo entre as regiões e estados brasileiros é um fator que não contribuiu para nossa unidade nacional. Mesmo as comunidades carentes, as favelas, que estão presentes em todo país, onde encontramos pessoas que fugiram da seca ou da miséria, ou de ambos, não existe unidade nacional, observados por Jean Bapiste: “O isolamento de certas regiões e grupos, como também a superpopulação das cidades, acrescentam as diferenças horizontais e verticais e criam inúmeros subgrupos, tanto próximos quanto distanciados.” (NARDI, Jean Bapiste,

Cultura Identidade e Lingua Nacional no Brasil: Uma Utopia?, 2002). Às primeiras colônias prósperas que originaram os estados de Pernambuco e São Paulo talvez, segundo Gilberto Freyre, deve-se este hábito de fragmentação do povo: “No Brasil, tanto em São Paulo como em Pernambuco – os dois grandes focos de energia criadora nos primeiros séculos da colonização, os paulistas no sentido horizontal, os pernambucanos no vertical”. Às expansões populacionais horizontal e vertical que decorreram a formação da nossa sociedade, ou seja, a formação da sociedade colonial brasileira foi móbil tanto no sentido horizontal como vertical, ocorrera por escala social.

A mobilidade vertical originária no Estado de Pernambuco, mais precisamente na colônia, refere-se segundo Gilberto Freyre, menos à mudança da atividade econômica, seguida de social e política, do que à concentração regional de esforço estabelecimento da cana e da indústria do açúcar, na consolidação da sociedade escravocrata e agrária, na expulsão dos holandeses perturbadores desses esforço e deste processo de aristocratização. Daí o empobrecimento da população e o fortalecimento da família aristocrática, que perdurou por muito tempo em nossa sociedade e na formação política do nordeste, de onde originou a expressão “voto de cabresto”<sup>8</sup>

A mobilidade horizontal originária no Estado de São Paulo, também na sua colônia de formação, deveu-se aos caçadores de escravos e de ouro, dos fundadores de fazenda de criar nos sertões e dos missionários. Talvez deva-se a esta ascensão social tão cobiçada pelos nordestinos a formação cultural, e não menos aristocrática, da sociedade paulista.

Outro dado marcante que perpetuou na formação populacional brasileira e ainda persiste é a presença da mulher. Devemos às de origem indígena e africana o apoio da família com bem relata “A mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da população brasileira [...] mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na formação brasileira” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 162). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam que no Brasil há

---

<sup>8</sup> Voto de cabresto: sistema tradicional de controle de poder político através do abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública. É um mecanismo muito recorrente nos rincões mais pobres do Brasil como característica do coronelismo.

mais mulheres que homens e a proporção de jovens na população total vem diminuindo desde a década de 80. De acordo com a pesquisa, embora nasçam mais homens que mulheres, morrem menos mulheres que homens: “a porcentagem de homens que morrem entre os 10 e 50 anos é maior do que a de mulheres, sendo esta diferença (sobremortalidade masculina) devida às mortes por causas violentas, principalmente entre os mais jovens. Nas áreas urbanas, para cada 100 mulheres registrou-se um número médio de 94,19 homens, mas nas áreas rurais, a relação é inversa, para cada 109,22 homens foram registradas 100 mulheres.” ( [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br))

Razão entre o número de mulheres e o de homens na população total - Brasil 1980/2000								
Total			Urbana			Rural		
1980	1991	2000	1980	1991	2000	1980	1991	2000
98,74	97,5	96,93	95,19	94,26	94,19	106,56	108,3	109,22

Fonte: Censo Demográfico 2000 - Características da População e dos Domicílios. Resultados do Universo. IBGE, 2001

Ainda de acordo com o último censo fornecidos pelo IBGE, no Brasil de 2000 menos pessoas se declararam de cor parda. Segundo a pesquisa, se comparados aos resultados do Censo de 1991, os resultados do Censo 2000 registraram a redução da parcela da população que se declarou parda e um pequeno aumento da população que se declarou branca ou negra.

Composição da População por Raça			
1991		2000	
Total	146 815 796	Total	169 872 856
Branca	75 704 927	Branca	91 298 042
Parda	62 316 064	Parda	65 318 092
Preta	7 335 136	Preta	10 554 336
Amarela	630 656	Amarela	761 583
Indígena	294 135	Indígena	734 127
Sem declaração	534 878	Sem declaração	1 206 675

Fonte: [www.ibge.gov.br/Censo Demográfico 2000](http://www.ibge.gov.br/Censo%20Demogr%C3%A1fico%202000): Resultados do Universo

### CAPÍTULO 3: DA DEFINIÇÃO DE CULTURA

Segundo Silveira Bueno, Cultura é o “desenvolvimento intelectual, saber; utilização industrial de certos produtos naturais; instituições, costumes e valores de uma sociedade; cultivo” (BUENO, Francisco da Silveira, Minidicionário da Língua Portuguesa, 1996, p. 177).

Para o autor Jean Nardi, “a cultura é um processo cumulativo de conhecimentos e práticas resultante das interações, conscientes e inconscientes, materiais e não-materiais, entre o homem e o mundo, a que corresponde uma língua; é um processo de transmissão pelo homem, de gerações em gerações, das realizações, produções e manifestações, que ele efetua no meio ambiente e na sociedade, por meio de linguagens, *história e educação, que formam e modificam sua psicologia e suas*

*relações com o mundo.*” ( NARDI, Jean Bapiste *Cultura Identidade e Lingua Nacional no Brasil: Uma Utopia?*, 2002).

À busca por conceitos de Cultura utilizando como parâmetro diversos ramos do conhecimento humano, tais como as Ciências Sociais, a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia, observamos que os sentidos da palavra variam conforme a aplicação. Joel, Rufino, professor e historiador, a define: “Em nosso tempo, o que chamamos de cultura, como fundamento e destino da pessoa humana é desafiado. A palavra cultura vem do latim *colo* (cultivo à terra, trabalhar a terra) e está no participio presente. Na conjugação futuro, *culturus* (trabalharei a terra) está implícito um projeto de futuro e um fundamento: trabalhar e agir”. (RUFINO, Joel, *O Tempo Brasileiro, Projeto Quarta às 4*, 2007)

Segundo a Filosofia, Cultura é informação, que se aprende e se transmite, é o resultado dos modos como os diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história, um sistema de símbolos compartilhados com que se interpreta a realidade e que conferem sentido à vida dos seres humanos. Max Weber define que “por intelectuais entendemos um grupo de homens que, em virtude de sua peculiaridade, têm acesso especial a certas realizações consideradas como de “valores culturais”, e que portanto usurpam a liderança de uma “comunidade cultural”. (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 206)

A Antropologia, por sua vez, define Cultura como às formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e tradição comum, se apresentam como a identidade desse povo ([www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)). Max Weber adverte-nos que, de acordo com a importância da

autoridade carismática para um líder, “os líderes naturais não foram os ocupantes de cargos nem os titulares de uma ‘ocupação’”, mas homens que “adquiriram conhecimento especializado” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 283) e uma cultura “verde e incipiente” (como bem define Gilberto Freyre), como a que o colonizador português encontrara em nossas terras, principiou a degradação ou o acultramento sem resistências.

Segundo o autor Domenico de Masi, “somos os únicos animais que não recomeçam sempre do início, mas que, além das características hereditárias e do saber instintivo, recebem dos adultos o saber cultural” (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 25). Entendemos que somadas às características físicas que nos são inatas, o conhecimento pode ser apreendido e renovado todos os dias, tornando-nos seres capazes do fortalecimento grupal ou social através da nossa história e identidade nacional.

Max Weber enfatiza a importância dos traços culturais para a manutenção da nação ao declarar que “a significância de ‘nação’ está habitualmente ligada à superioridade, ou pelo menos à insubstituibilidade, dos valores culturais que devem ser preservados e desenvolvidos exclusivamente através do cultivo da peculiaridade do grupo” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 206)

Para a autor, Jean Baptiste Nardi, “do ponto de vista fisiológico, o homem adaptou-se ao meio-ambiente, biológico e geográfico. O momento mais importante de sua evolução foi quando ele veio a ser bípede e seu cérebro atingiu o volume adequado. Esta foi a condição que lhe permitiu chegar ao estado de cultura, ou seja, sua aptidão para agir sobre seu próprio meio-ambiente”(NARDI, Jean Bapiste, Cultura

Identidade e Língua Nacional no Brasil: Uma Utopia?, 2002). O segundo momento, para o autor, fora quando o homem se tornou capaz de “aprender, ensinar e fazer generalização”, ou seja, quando passou a emitir opiniões sobre o que estava diante de seus olhos.

Mas, para Domenico de Masi, “Nós somos os únicos animais que precisam de ao menos dez anos de assistência para que nos tornemos indivíduos em condições de sobreviver” (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 25). A sobrevivência aqui observada por Masi baseia-se não só na resistência ao meio ambiente em que está inserido, mas também a manutenção do seu modo de vida, da sua cultura e história como alimentos para a sua territorialidade.

O autor Sérgio Buarque de Holanda torna evidente o fortalecimento da unidade cultural para a manutenção de um grupo social e alerta que: “a experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando estes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p. 40).

Os primeiros valores culturais são desenvolvidos em casa, na família, posteriormente nas escolas e, por fim, na sociedade. Quanto mais acesso à informação correr, por parte dos sujeitos, mais bem trabalhados serão as culturas. A rapidez e a fluidez com de acontecimentos e transformações representam o nível macro da sociedade, mas a resistência dos grupos sociais à essas transformações de forma a manter ou definir suas tradições, representados por seu modo de vida e história no campo micro da sociedade, são o elo da corrente unificadora representando pela cultura de seu território.

As diferenças culturais dos povos, mesmo do brasileiro em caráter regional devem ser sustentadas pelo conhecimento e, por que não dizer, pelo reconhecimento do valor nas diferenças. Weber enfatiza que “os valores culturais comuns podem constituir um elo unificador nacional. Mas, para isso, a qualidade objetiva dos valores culturais não importa absolutamente e, portanto, não devemos pensar uma “nação” como uma comunidade cultural” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 209). Assim, entendemos que em uma nação possa existir ou coexistir várias culturas, sem que se perca a unidade e a estrutura de Estado Político.

Segundo as Ciências Sociais, cultura é o aspecto da vida social que se relaciona com a produção do saber, arte, folclore, mitologia, costumes, etc., bem como à sua perpetuação pela transmissão de uma geração à outra. Para a Sociologia, não existem culturas superiores, nem inferiores, designada por relativismo cultural, simbolizando tudo o que é aprendido e partilhado pelos indivíduos de um determinado grupo e que confere uma identidade dentro do grupo a que pertença.([www.wikipédia.org](http://www.wikipédia.org)). Max Weber afirma que “a expressão ‘homem culto’ é compreendida como significando apenas que a meta de educação consiste na qualidade da posição do homem na vida, que foi considerada ‘cultura’, e não num preparo especializado para ser um perito” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 280). Entendemos que o poder exercido pelo homem culto na sociedade em que está inserido é o ideal educacional que fundamenta a educação formal do indivíduo. Uma forma de continuidade ou perpetuidade do poder que ainda hoje observamos no meio político, não só no Brasil, mas também, por exemplo, nos Estados Unidos com a família Bush

## CAPÍTULO 4: DA FORMAÇÃO CULTURAL BRASILEIRA

*A mediação africana no Brasil aproximou os extremos, que sem ela dificilmente se teriam entendido tão bem, da cultura europeia e da cultura ameríndia, estranhas e antagônicas em muitas das suas tendências.*

*Gilberto Freyre*

Jean Nardi, define a cultura brasileira quase como uma entidade abstrata e até chega a dizer que ela não existe, pelo menos no sentido ontológico<sup>9</sup>. O autor refere-se a cultura nacional como uma cultura de difícil identidade, devido às influências de outros povos na colonização do país. Para ele, não é algo concreto. É abstrato. As referências culturais que possuímos com brasileiro passa pela arte e mergulha na oralidade, ou mais apropriadamente, na música. E tendeu às mudanças. Sendo, portanto, a nossa cultura, mutável na sua forma e no seu código. Afirma que *“se existe uma unidade em afirmamos que o Brasil é ‘distinto’ dos outros países, o consenso está longe de se estabelecer quando nos aproximamos de uma possível definição do que viria a ser o nacional”*. (NARDI, Jean Bapiste, *Cultura Identidade e Língua Nacional no Brasil: Uma Utopia?*, 2002).

---

<sup>9</sup> Ontologia: (grego *ontos+logoi* = "conhecimento do ser") é a parte da filosofia que trata da natureza do ser, da realidade, da existência dos entes e das questões metafísicas em geral. A ontologia trata do *ser enquanto ser*, isto é, do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres. Costuma ser confundida com metafísica. Conquanto tenham certa comunhão ou interseção em objeto de estudo, nenhuma das duas áreas é subconjunto lógico da outra, ainda que na identidade. ([www.wikipédia.org.br](http://www.wikipédia.org.br))

Ontologia: trata dos seres em geral; teoria ou ciência do ser enquanto ser, considerando em si mesmo, independente do modo pelo qual se manifesta. (BUENO, Silveira, *Minidicionário da Língua Portuguesa*, p. 468, 1996).

Gilberto Freyre relata em sua obra que a sociedade brasileira, por sua história, “revela ter sido em larga fase do seu desenvolvimento, mesmo entre as classes abastadas, um dos povos modernos mais desprestigiados na sua eugenia<sup>10</sup> e mais comprometidos na sua capacidade pela deficiência de alimento.” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 169). Muito embora o negro, componente de formação de nossa sociedade híbrida, tenha sido o elemento social melhor alimentado, ou melhor adaptado as condições alimentares de nossa terra e clima, o preconceito racial talvez nos faça eximir ou ignorá-lo como o grande criador e criatura disseminadora de nossa cultura.

Segundo Max Weber, o preconceito racial revela o outro lado negativo na nossa formação cultural: o preconceito social, ou seja, o preconceito contra ao pobre. Para o sociólogo, a mistura de raças, que até hoje está presente na formação de nosso povo, reitera a melhor adaptação dos negros a diversas culturas. “As aversões estéticas podem ter influência. O ‘cheiro dos negros’, porém, sobre o qual há muitas fábulas, não existe, segundo minha experiência. Amas-de-leite negras, cocheiros negros que se sentam ao lado da senhora branca na boléia e, acima de tudo, os vários milhões de mestiços são um aprova demasiado clara contra a suposta repulsão natural entre essas raças. Tal aversão é de natureza social, e ouvi para ela apenas uma explicação plausível: os negros foram escravos, os índios, não.” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 208).

---

<sup>10</sup> Eugenia: termo cunhado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), significando "bem nascido". Galton definiu eugenia como *o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente*. Em outras palavras, melhoramento genético. ([www.wikipédia.org](http://www.wikipédia.org))

Para Freyre, a origem do preconceito contra o negro, ou a sazonalidade da importância africana em nossa cultura e história, só admitida em época de carnaval, deve-se antes ao preconceito europeu e a estrutura de disseminação da música funk atropela o tempo e o espaço das comunidades pobres. “[...] vazou-se porventura o ciúme ou a inveja sexual da mulher loura contra a de cor. Ou repercutiu, talvez, o ódio religioso: o dos cristãos louros descidos do Norte contra os infiéis de pele escura.” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 71). Com relação a resistência física e até cultural, Freyre afirma ainda que “o escravo negro no Brasil parece-nos [...] o elemento melhor nutrido em nossa sociedade patriarcal, e dele parece que numerosos descendentes conservaram bons hábitos alimentares [...] muitos das melhores expressões de vigor ou de beleza física em nosso país” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 107). A feijoada, prato típico de origem africana, ainda hoje é servido em comemorações nas quadras das escolas de samba no Rio de Janeiro.

Em seu artigo *De Perto e De Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana*, José Guilherme Cantor Magnani, relata que a bem da verdade, não é a ausência de atores sociais na formação cultural brasileira desde a colonização que chama a atenção, “mas a ausência de um certo tipo de ator social e o papel determinante de outros. Para o autor, ainda hoje, os autores das manifestações culturais populares, antes o samba, hoje o funk, são marginalizados “(...)já os moradores propriamente que em definitivo dá vida à metrópole, não aparecem, e quando o fazem, é na qualidade de parte passiva (os excluídos, os espoliados)” (MAGNANI, José Guilherme Cantor; *De Perto e De Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana*, 2002)

Maria Lúcia Rocha Coutinho professora do Curso de Psicologia da Administração e do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em seu artigo que trata das identidades nossas de cada dia , nos ensina que a identidade, seja ela de sexo, raça ou etnia é sempre uma entidade abstrata, sem existência real, ainda que, de certa forma, indispensáveis como ponto de referência. Em conformidade com Nardi, a professora afirma que a identidade é “uma construção discursiva que transcende as particularidades dos indivíduos e dos grupos restritos para inseri-los em um projeto globalizante, em consonância com os anseios e mitos de uma sociedade particular em um momento histórico determinado”. (COUTINHO, Maria Lúcia, *Dos Contos de Fadas aos Superheróis: Mulheres e Homens Brasileiros Reconfiguram Identidades*, 2000, ps 5 - 6)

Para Nardi “as realizações - ou modificações - que o homem opera no mundo são o resultado, consciente ou inconsciente, material e não-material, de toda a atividade intelectual, psíquica e manual do homem aplicado ao mundo e a ele mesmo.”(NARDI, Jean Bapiste, *Cultura Identidade e Lingua Nacional no Brasil: Uma Utopia?*, 2002). Freyre especifica que o indígena brasileiro sofrera um contato “dissolvente” de sua cultura no relacionamento com o europeu, a degradação moral fora completa, como sempre acontece ao se juntar uma cultura adiantada, madura, com outra já atrasada, imatura ou adolescente, dada a falta de visão macro e abertura inconsciente, e por vezes conscientes, para os novos habitantes.

Os primeiros valores culturais deveriam ser desenvolvidos em casa, na família, passar pela escola e, por fim, na sociedade. A atenção pedagógica dada ao folclore brasileiro é uma importante contribuição na formação do espírito de cidadania e

nacionalidade brasileiro. Assim, o aluno sente vontade de conhecer suas raízes, identificando-se com seu grupo social, sua linguagem, sua história e o de sua comunidade. No Brasil, a escola deveria exercer o papel de orientador cultural, enquanto hoje a vemos com estrutura administrativa comercial. As escolas não foram criadas para satisfazer clientes. É a continuidade de construção do caráter das pessoas, o qual se inicia na família. Porém a origem mercantilista do ensino tivera origem com os jesuítas: “a atenção dada ao ensino primário foi resultado da secularização que se seguiu à expulsão da Companhia de Jesus, cobrando imposto de ‘subsídio literário’ para a manutenção de aulas régias.” (GRIECO, Francisco de Assis, O Brasil e a Globalização, 1998, p. 45).

Weber atenta que “a peculiaridades das camadas intelectuais [...] foi, no passado, da maior importância para a religião” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 323). Segundo o escritor Muniz Sodré, “*para as grandes massas, durante muito tempo, a palavra impressa sempre inexistiu. E a cultura elevada brasileira, de tradição basicamente literária sempre se ressentia da ausência do público, devido à grande massa de analfabetos nas populações interioranas, mesmo urbanas, do país*”. Afirma ainda que “*nas cidades, os conflitos políticos sempre ocorriam no nível da pequena burguesia urbana (a classe média)*” e que, no Brasil, “a pobreza não provocou junto às massas uma cultura com efeitos permanentes de desânimo ou abatimento”. (SODRÉ, Muniz,. A Comunicação do Grotesco, 1980, p 12).

Gilberto Freyre afirma que “os pretos e pardos no Brasil não foram apenas companheiros dos meninos brancos nas aulas das casas-grandes e até nos colégios; houve também meninos brancos que aprenderam a ler com professores negros. A ler e

a escrever e também a contar pelos sistema de tabuada cantada.” (FREYRE, Gilberto, Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 503). No século XVII, o ensino jesuítico contava com colégios na Bahia, no Rio de Janeiro, em Olinda, em São Paulo, no Espírito Santo, etc. Os primeiros jesuítas dedicaram-se ao ensino da música e peças dramáticas foram escritas para os evangelizados.

Para Weber, “as camadas que dispõem solidamente das honras e poder sociais tendem habitualmente a estabelecer a sua lenda estamental de modo a pretenderem uma qualidade especial.” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 319). Demonstrando ser um grande estadista e administrador, procurou fortalecer o poder da Coroa Portuguesa, centralizando e verticalizando sua administração. Usou como base a formação intelectual, acadêmica e cultural dos jovens brasileiros. “No terreno da educação superior, o Marquês [Marquês de Pombal<sup>11</sup>] garantiu o ‘monopólio acadêmico’ de Coimbra, com o propósito de assegurar a fidelidade dos brasileiros aos monarcas lusos. [...] Até a vinda da Família Real (1808), predominaram no Brasil, classes elementares e o ensino ocasional das gramáticas latina e grega, e da retórica.[...] Foi a intransigência pombalina, todavia, ao barrar o acesso dos brasileiros (ou de seus filhos) às novas idéias do Iluminismo e às novas aspirações sociais, a par

---

<sup>11</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal ou Conde de Oeiras, (Lisboa, 13 de Maio de 1699 — Leiria, 8 de Maio de 1782) foi um nobre e estadista português. Foi secretário de Estado do Reino (primeiro-ministro) do Rei D. José I (1750-1777), sendo considerado, ainda hoje, uma das figuras mais controversas e carismáticas da História Portuguesa; foi um dos principais responsáveis pela expulsão dos Jesuítas de Portugal e suas colônias

da derrama, causa principal da Conjuração Mineira<sup>12</sup>” (GRIECO, Francisco de Assis, O Brasil e a Globalização, 1998, p. 45).

O final do Século XIX, mais especificamente entre os anos 1875 e 1877, é hoje apontado por vários estudiosos como o momento da nacionalização da música como cultura popular brasileira. Mais do que a intenção de criar uma música “genuinamente” brasileira, os músicos populares lutam para conquistar, tendo como referência o samba e, como hoje as comunidades utilizam o funk, por meio de uma linguagem musical com que se identificassem, seu próprio espaço na sociedade. Evidentemente, sofrem com o preconceito da elite, que tem como paradigma a música europeia e não aceita essa nova manifestação musical, apontada como um dos fatores responsáveis pelo atraso cultural do país. Freyre relata que “...talvez a maior força de europeização técnica e de cultura moral e intelectual, a agir sobre as populações indígenas, o próprio sistema jesuítico, no que logrou maior êxito no Brasil dos primeiros séculos foi na parte da música, devocional e festiva do culto católico.” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 115).

O samba, e mais recentemente, o funk, têm em sua origem a presença do negro. Embora muito criticados, os processos de criação das músicas com ritmos de samba e do funk, são acompanhados de manifestações culturais incluídas as danças típicas de cada estilo. As letras são impregnadas de temas com questões políticas, econômicas e sociais, com ideologias próprias a cada comunidade a que pertence seus compositores

---

<sup>12</sup> A Inconfidência Mineira, ou Conjuração Mineira, foi uma tentativa de revolta abortada pelo governo em 1789, na então capitania de Minas Gerais, no Brasil, contra, entre outros motivos, a execução da derrama e o domínio português.

e intérpretes. Ainda nessa linha de pensamento o escritor Muniz Sodré afirma que “todo grupamento humano só se torna possível diante uma coerência interna – a cultura – que é também a sua estrutura”.(SODRÉ, Muniz, A Comunicação do Grotesco, 1980, p. 12). A estrutura social do negro escravo exprime-se, ontem e hoje, de carência e ideologias; Freyre, ao descrever o significado das danças dos escravos relata que: “desempenhando funções de afrodisíaco, de excitante ou de estímulo à atividade sexual, tais danças correspondem à carência e não ao excesso, como a princípio pareceu a muitos e ainda parece a alguns, da lubricidade ou de libido” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 169)

A nossa múltipla herança cultural, do indígena, do colonizador e do negro, tornamos, desde a colonização, receptores culturais por vocação e seres de múltiplas identidades culturais. “Talvez em parte alguma se esteja verificando com igual liberdade o encontro, a intercomunicação e até a fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes, antagônicas, de cultura, como no Brasil.” (FREYRE, Gilberto, Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 115) Ratificando nossa observação, a professora Lúcia Coutinho, em seu artigo, afirma que “*o sujeito costuma viver a falsa ilusão de uma identidade unificada e estável, está experimentando agora, nem sempre de forma consciente, uma identidade fragmentada, composta não de uma identidade unitária, mas sim de identidades múltiplas e, freqüentemente, contraditórias.*” (COUTINHO, Maria Lúcia, *Dos Contos de Fadas aos Superheróis: Mulheres e Homens Brasileiros Reconfiguram Identidades*, 2000, p. 6).

Pertencentes às classes mais favorecidas da sociedade do século XIX, no Brasil, brancos e formadores de opiniões, personagens com Chiquinha Gonzaga<sup>13</sup> e Villa Lobos<sup>14</sup> deram sua contribuição para que o samba, rimo que antes era discriminado e identificado como de pouca significação cultural e marginalizado, fosse reconhecido como identidade cultural. Algo parecido como o que ocorre com a música funk, que enquanto não desceu os morros e atingiu à classe média e alta das cidade, se propagava na forma “copo-a-corpo”. Max Weber explica que “quanto mais complicada e especializada se torna a cultura moderna, tanto mais seu aparato de apoio externo exige o perito despersonalizado e rigorosamente ‘objetivo’, em lugar do mestre das velhas estruturas sociais, que era movida pela simpatia e preferência pessoais, pela graça e gratidão” (WEBER, Max, Ensaio de Sociologia, 1982, p. 251).

Na primeira metade do século XX, a urbanização da cidade do Rio de Janeiro exerceu uma forte influência na vida da sociedade. Filhos de escravos que antes viviam nos arredores do que hoje conhecemos com “centro da cidade” foram empurrados para diversos morros e *primitivas favelas de onde brotam personagens do samba como Cartola, Carlos Cachaca e posteriormente Nelson Cavaquinho*. No Rio de Janeiro, o

---

<sup>13</sup> Francisca Edwiges Neves Gonzaga, mais conhecida como Chiquinha Gonzaga, (Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1847 — Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1935) foi uma compositora e pianista brasileira. Foi a primeira chorona, primeira pianista de choro, autora da primeira marcha carnavalesca (*Ó Abre Alas*, 1899) e também a primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. No Passeio Público, há uma herma em sua homenagem, obra do escultor Honório Peçanha.

<sup>14</sup> Heitor Villa-Lobos (Rio de Janeiro, 5 de março de 1887 — Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1959) foi um compositor brasileiro, célebre por unir música com sons naturais. Aprendeu as primeiras lições de música com o pai, Raul Villa-Lobos, funcionário da Biblioteca Nacional, que morreu em 1899. Ele lhe ensinara a tocar violoncelo usando improvisadamente uma viola, devido ao tamanho de "Tuhu" (apelido de origem indígena que Villa-Lobos tinha na infância). Sozinho, aprendeu violão na adolescência, em meio às rodas de choro cariocas, às quais prestou tributo em sua série de obras mais importantes: os *Choros*, escritos na década de 1920. Casou-se em 1913 com a pianista Lucília Guimarães.

samba, assim como o funk, estão ligados à vida nos morros, sendo que as letras falam da vida urbana, dos trabalhadores e das dificuldades da vida e muitas vezes com humor.

O reconhecimento do samba como identidade nacional foi um processo que contou com a participação de intelectuais. Freyre reitera que “o que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista” enraizado no brasileiro e “fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 69). Ainda em época do império já se fazia modinha nos salões imperiais com cunho erotizante e chocava os poetas portugueses.

Alguns compositores e suas obras eram, como hoje acontece com o ritmo funk, alvos de críticas acerbadadas. O maxixe era considerado uma coisa de última categoria, numa reação conservadora da sociedade, recebendo críticas de Rui Barbosa<sup>15</sup>. Logo, o ritmo samba só ganhou prestígio e significado de cultura popular e identidade nacional quando a elite brasileira da época, formadora de opinião, deu sua contribuição de forma participativa. Freyre afirma que a cultura do brasileiro tende ao comodismo e ao conformismo“ [...] menos a vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de

---

<sup>15</sup> Rui Barbosa de Oliveira, político e jurista, nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de novembro de 1849. Bacharelou-se em 1870 pela Faculdade de Direito de São Paulo. No início da carreira na Bahia, engajou-se numa campanha em defesa das eleições diretas e da abolição da escravatura. Foi político relevante na República Velha, ganhando projeção internacional durante a Conferência da Paz em Haia (1907), defendendo com brilho a teoria brasileira de igualdade entre as nações. Eleito deputado provincial, e adiante geral, atuou na elaboração da reforma eleitoral, na reforma do ensino, emancipação dos escravos, no apoio ao federalismo e na nova Constituição.

organização política ou econômica que o puros gosto de sofrer, de ser vítima, ou de sacrificar-se” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 114).

A mulher era musa inatingível, cantada em prosa e verso. Sinônimo de pureza e candura. Hoje ela é vista através de vários ângulos. De frente, de costa, de lado, por trás e de baixo para cima., porém não foi o funk que inventou isso. Se no repertório da Tati Quebra-Barraco tem “Atoladinha” , a compositora e revolucionária Chiquinha Gonzaga tinha o ‘Corta Jaca’, na letra de 1905, que usava a jaca como metáfora do órgão sexual feminino. Entendemos, assim, mais como sinônimo de protesto e desagravo ou de fragilidade, de forma ou conduta de vida, pois segundo Freyre “... entre os negros [...] eram mais frequentes as danças eróticas que entre os ameríndios e os portugueses, e as danças eróticas parece que quanto mais frequentes e andorosas, mais fraca sexualidade indicam” (FREYRE, Gilberto, Casa-Grande & Senzala, 2008, p. 168).

## **CAPÍTULO 5: DA LÍNGUA BRASILEIRA**

*Escapa-nos esta verdade que não são as leis escritas, fabricadas pelos juriconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes.*

*Sérgio Buarque de Holanda*

Segundo o autor Domenico De Masi, a humanidade durante um grande período aprendeu a criar utensílios com os quais visavam compensar nossas próprias fraquezas. Esses mesmos utensílios, num segundo momento, serviram e servem para expressar nossas potencialidades. (MASI, Domenico de, *O Ócio Criativo*, 2000, p. 24).

A importância da língua para um povo, a escrita principalmente, diante da pouca ou nenhuma afinidade com a arte concreta, tal com a escultura, os monumentos e os museus, é enfatizada por Weber segundo o critério de participação e manutenção efetivas da população na cultura do país: “Acima de tudo, a língua, e isto significa a literatura nela baseada, é o primeiro, e no momento, o único, valor cultural acessível às massas que ascendem no sentido de uma participação na cultura.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 208).

A evolução das sociedades através dos tempos teve como ponto de partida a escrita, os signos que representam os estado das coisas no momento da criação. “Três mil anos antes de Cristo, o ser humano [...] descobre a cidade e a escrita [...] Descobre-se a astronomia, que oferece a possibilidade de viajar, também de noite e, portanto, de multiplicar o alcance das viagens. Inventam-se a matemática. Inventam-se a escola. E se inventam as primeiras leis.” (MASI, Domenico de, *O Ócio Criativo*, 2000, p. 33 e 34). “O gozo da arte exige um grau de educação muito maior, e a arte tem uma natureza muito mais aristocrática do que a literatura” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 208).

Em pesquisa realizada na internet descobrimos que na época do Descobrimento que mais de mil línguas no Brasil eram faladas. “Atualmente, esses idiomas estão reduzidos à 180 línguas. Das 180 línguas, apenas 24, ou 13%, têm mais de mil

falantes; 108 línguas, ou 60%, têm entre cem e mil falantes; enquanto que 50 línguas, ou 27%, têm menos de 100 falantes e metade destas, ou 13%, têm menos de 50 falantes, o que mostra que grande parte desses idiomas estão em sério risco de extinção.” (www.wilipedia.org)

A relação da língua brasileira com a cultura e a identidade dos brasileiros não é um tema recente, assim como a questão da Globalização na influência do acultramento dos povos. Max Weber, enfatiza em sua obra que “entre os elementos culturais que representam a base positiva mais importante para a formação do sentimento nacional em toda parte, um idioma comum é o mais destacado” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 208). Já Jean Baptiste relata que embora tenha se discutido em debates para as Constituições de 1824, 1890 e 1946, a língua brasileira ainda não fora concretizada. Para Baptiste, “Não se definirá a língua brasileira sem que se determine, simultaneamente, a identidade nacional; ambas são estreitamente ligadas e a questão da língua é tanto um problema de lingüística quanto de cultura e de sociedade” ( NARDI, Jean Bapiste Artigo Cultura Identidade E Lingue Nacional No Brasil: Uma Utopia?)

Jean Baptiste relata que a partir do século XVI, o português do Brasil e de Portugal tiveram uma evolução distinta e, “apresentam hoje diferenças estruturais importantes, de ordem lexical, sintático, morfológico e fonético. (NARDI, Jean Bapiste, *Cultura Identidade e Lingua Nacional No Brasil: Uma Utopia?*). Gilberto Freyre especifica essas diferenças, embora a tentativa de unificação da língua nacional portuguesa pelos padres jesuítas. “Mães negras e mucamas, aliadas aos meninos, às meninas, às moças brancas das casas-grandes, criaram um português diverso do hirtó

gramatical que os jesuítas tentaram ensinar aos meninos índios e semibrancos, alunos de seus colégios; do português reinol que os padres tiveram o sonho vão de conservar no Brasil” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 415)

O modo de ser do brasileiro, segundo o autor Sérgio Buarque de Holanda, parece refletido na linguística, dado o emprego de diminutivo, “a terminação ‘inho” aposta às palavras, herança do trato das escravas africanas com os filhos dos senhores de engenho, , servem ainda hoje para “nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo para lhes dar relevo.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p. 148).

Dos indígenas, herdamos o sufixo aumentativo aos “apelidos de procedência lusa”, (ao Governador Antonio da Silva Caldeira Pimentel puseram os paulistas o cognome de Casacaçu, porque trazia constantemente uma casaca comprida) comuns à língua da terra, falada pela maioria do povo, predominante em todo século XVII e que foram diminuindo até desaparecerem por completo. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, os portugueses tiveram de renunciar muitos de seus hábitos para que sobrevivessem no interior do país. Renunciaram, assim, hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, que para o autor fora muito mais significativo, de sua linguagem. A língua tupi-guarani fora incorporada à comunicação dos portugueses, mais especificamente dos padres jesuítas, devido à necessidade de convivência, e por que não dizer, de sobrevivência, com os indígenas.

Devemos, portanto, a incorporação da língua indígena às formas de administração e domínio observadas por Gilberto Freyre em sua obra Casa-Grande & Senzala, onde relata que enquanto no Nordeste, fora vertical e no Sudeste, horizontal,

destacadas por Sérgio Buarque de Holanda em função do ideal de permanência do português colonizador.

Sérgio Buarque relata que “a maior mobilidade, o dinamismo, da gente paulista, ocorre, nesse caso, precisamente em função do mesmo ideal de permanência e estabilidade que, em outras terras, pudera realizar-se com pouco esforço desde os primeiros tempos da colonização.”(HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p. 131). Por ser falada por quase todos os habitantes do Brasil, a língua tupi ficou conhecida como língua geral. Todavia, no século XVIII, a língua portuguesa tornou-se oficial do Brasil, o que culminou no quase desaparecimento dessa língua comum. (www.wilipedia.org)

Enquanto que no Nordeste, mais precisamente na Capitania de Pernambuco, o sucesso da lavoura de cana-de-açúcar deveu-se à proximidade do litoral das terras apropriadas para o cultivo, em São Paulo as terras apropriadas para o cultivo encontravam-se nos lugares de terra acima, como no Vale do Paraíba. E a comunicação com os índios inferiu à linguagem dos portugueses palavras e dialetos que até hoje estão incorporadas à nossa língua com bem observa Freyre: “O processo de reduplicação da sílaba tônica, tão das línguas selvagens e da linguagem das crianças, atuou sobre várias palavras dando ao nosso vocabulário infantil um especial encanto” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 414)

A mesma relação lírica com as palavras e na formação da nossa língua esteve presente também no relacionamento entre as escravas e os filhos dos senhores, com bem explica Freyre ao relatar que “A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas,

só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles.” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 414)

Na realidade, as crianças aprendem a falar palavras que tenham sentido para elas e, em geral, carregadas de afetividade e são conseqüentes da proximidade com a cultura do adulto que a educa. Este adulto fora, durante toda formação de nossa sociedade, não só a ama negra, mas também a empregada ou a babá de nossos dias. A esse envolvimento afetivo entre as crianças e as amas negras devemos muitos de derivação linguística do português como bem relata Gilberto Freyre: “são entretanto vocábulos órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura; que deixamos que subissem, com os moleques e as negras, das senzalas às casas-grandes” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 416)

Weber ressalta a importância das mulheres como um apoio típico para o desenvolvimento da língua nacional ao declarar que “elas contribuíram especificamente para a formação do sentimento nacional ligado à língua”, dando destaque à substituição do latim pela língua nacional, ainda que no relacionamento amoroso entre a cortesã e o cavaleiro, em vários países da Europa, com França e Itália e também no Japão. (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 209).

É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala he a dos índios, e a portugueza a vão os meninos aprender à escola [...]

(Padre Antonio Vieira, *Obras várias*, p.249, Lisboa, 1856  
*apud* Sérgio Buarque de Holanda)

À escola e aos educadores no Brasil, portanto, deveu-se a expansão da língua portuguesa em detrimento da indígena e africana, “Os padres-mestres e os capelães de engenho, que, depois da saída dos jesuítas, tornaram-se os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros, tentaram reagir contra a onda absorvente da influência negra, subindo das senzalas às casas-grandes, e agindo mais poderosamente sobre a língua dos sinhô-moços e das sinhazinhas do que eles, padres-mestres, com todo o seu latim e com toda a sua gramática.” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 417).

O palestrante e intelectual, Eduardo Portella, em sua palestra intitulada “Reconstrução da Subjetividade” nos relata que a linguagem brasileira apresenta um contradição entre cultura e comunicação. Portella afirma que “somos, de formação, uma nação desapropriada.” Em sua narrativa declara que todo ser humano é a mescla de muitas culturas e que a comunicação deveria resistir ao nivelamento para baixo, que não pode ser confundido com a comunicação de massa. O sociólogo Max Weber esclarece que “para as massas, um idioma comum tem um papel econômico mais decisivo do que para as camadas abastardas feudais ou burguesas” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 208)

Para Eduardo Portella, a cultura do ocidente faz uma subdivisão entre o objetivo e o subjetivo, num mundo vazio de estética e poética muitas coisas são excluídas. Declara ainda que, num mundo empenhado em obter um conhecimento da objetividade, a subjetividade é sobre-escrita. (PORTELLA, Eduardo, “A Reconstrução da Subjetividade”; “Projeto Quarta às 4”, Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional; 16/08/2007)

Fazendo referência à existência do vazio estético em nossa arte pelo intelectual, podemos aludi-la a importância atribuída por Jean Baptiste a língua em nosso país como ferramenta ou meio de disseminação do conhecimento. Para este último, “É unânime a comunidade científica quando diz que o grupo social manifesta seu pensamento e sua visão do mundo por meio da sua língua [...] o pensamento não pode existir sem a língua (NARDI, Jean Bapiste Artigo Cultura Identidade e Lingua Nacional No Brasil: Uma Utopia?)

O envolvimento dos padres jesuítas com os índios e, mais tarde, com os negros e a tentativa de catequizar aqueles importou para a língua portuguesa palavras de origem indígena e hábitos de linguagem que facilitaram-lhes a comunicação e corroboraram para o surgimento de palavras e expressões tipicamente regionais. “Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a disparidade, a que aludimos, entre a língua escrita e a falada no Brasil.” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 415). Observa Jean Baptiste que existe no Brasil, horizontal e verticalmente, uma “importante variedade de dialetos e falas, regionais e locais, desiguais no teor e na representação populacional.”(NARDI, Jean Bapiste Artigo Cultura Identidade e Lingua Nacional No Brasil: Uma Utopia?).

O que sempre ocorrera, a nosso ver, desde a colonização até os dias atuais, conforme salienta Freyre, “Ao lado da língua banto, da quimbunda ou congonese falaram-se entre os nossos negros outras línguas-gerais: a gege, a haúça, a nagô ou ioruba,” este último mais falado do que o português entre os antigos negros da Bahia, língua ainda hoje prestigiada “por ser o latim do culto gege-iorubano” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 385)

Jean Baptiste contemporiza este problema de diferenças na linguagem escrita e falada em nosso país e esclarece que não é de fácil resolução “Existem duas linhas de pensamento opostas, uma que defende a integridade da língua portuguesa, outra que preconiza uma reforma radical em função das especificidades brasileiras.” (NARDI, Jean Bapiste, *Cultura Identidade e Língua Nacional No Brasil: Uma Utopia?*). E para Weber, “a importância da língua é necessariamente maior com a democratização do Estado, da sociedade e cultura.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 208).

Freyre, em seu livro, especula ainda o fato de os brasileiros falarem alto, ou mais especificamente, das mulheres brasileiras de falarem sempre aos gritos, à época da escravidão em que davam ordens às escravas. “E não só a língua infantil se abrandou desse jeito mas a linguagem em geral, a fala séria, solene, da gente grande, toda ela sofreu no Brasil, ao contato do senhor com o escravo” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 415)

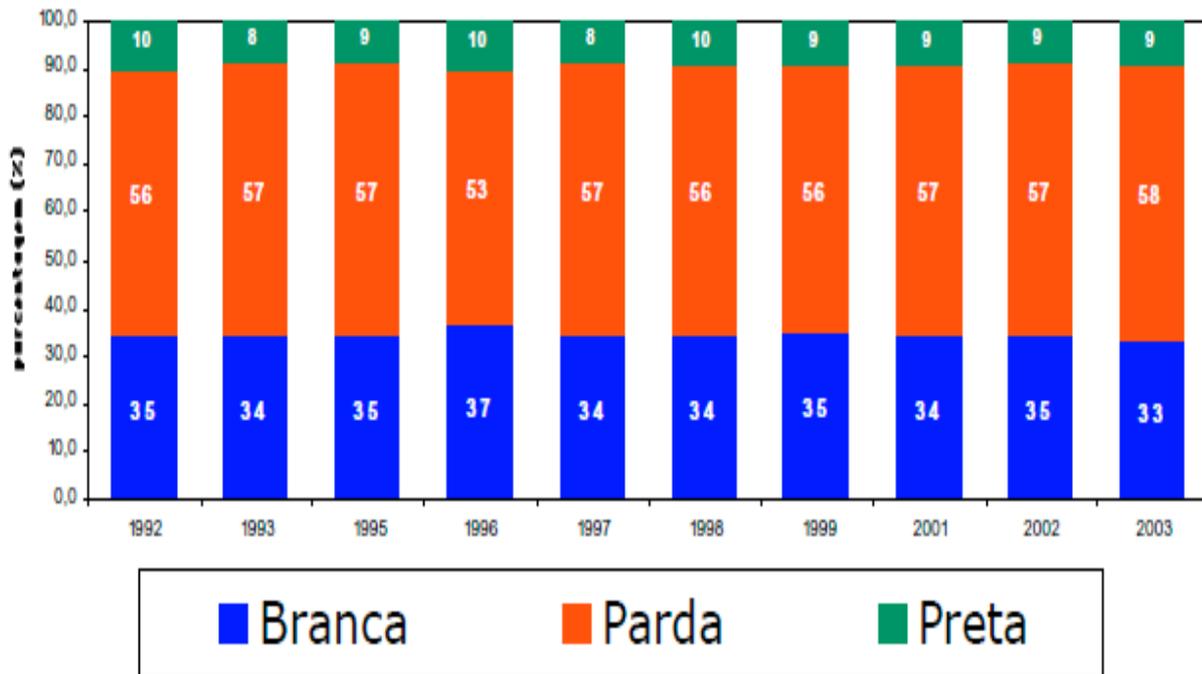
A partir de 01 de Janeiro de 2009, algumas modificações na forma de escrever do português no Brasil será unificado aos dos países de língua portuguesa. O presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva assinou em Portugal, um acordo sobre Ortografia da Língua Portuguesa. O decreto prevê reformas como o fim do trema, a supressão de consoantes mudas, novas regras para o emprego do hífen, inclusão das letras w, k e y no idioma e novas regras de acentuação. (VIDE ANEXO 2). Gilberto Freyre já salientara em sua obra que “o português do Brasil, ligando as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhô-moço enriqueceu-se de uma série de antagonismos que falta ao português da Europa.” (FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; 2008, p. 417).

Para muitos literários, o objetivo deste acordo é unificar o registro escrito nos 8 países que falam português: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal. Em grau de importância burocrático, o Ministério da Educação (MEC) elucida que a medida deve facilitar o processo de intercâmbio cultural e científico entre os países e ampliar a divulgação do idioma e da literatura em língua portuguesa. ([www.br.ibtimes.com](http://www.br.ibtimes.com)).

Em seu tempo, Weber, esclarece que “interesses pecuniários e capitalistas bem consideráveis estão ligados à manutenção e cultivo da língua popular” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 209). Sérgio Buarque de Holanda relata que a substituição de detentores do poder público pode ser precedida por transformações complexas da estrutura da vida da sociedade e o que pode ser constatado atualmente, na língua portuguesa: “[...] outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo energético sobre o destino de um povo.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 2004, p. 131)

Segundo dados do IBGE, com a divulgação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 (PNAD) que possibilita uma avaliação inicial do impacto do Programa Brasil Alfabetizado após um ano de seu lançamento pelo Governo Lula, a distribuição do número de analfabetos no Brasil mostra que há cerca de 2,5 vezes mais negros analfabetos que brancos, levando a que mais de 2/3 dos analfabetos no Brasil fossem negros (pretos ou pardos).

### Distribuição do Número de Analfabetos por cor/raça



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios P NAD/IBGE 1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003.

## CAPÍTULO 6: DA EXPOSIÇÃO BRASILEIRA: CULTURA E HISTÓRIA

*Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas de costa. Traz ao longo do mar em algumas partes grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender olhos, não*

*podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa.*

*Carta de Pero Vaz de Caminha*

Segundo o autor Idalberto Chiavenato, tendo em vistas as práticas patrimonialistas (usar a máquina administrativa com fins privados, escusos) correntes na cultura brasileira desde a colonização, Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, optou pela adoção de um modelo que pautasse pelo controle minucioso das atividades-meio da administração do Estado. Buscou, assim, referências no modelo idealizado por Max Weber, pois Vargas acreditava que “a burocracia, dado seu caráter rígido e hierarquizado, poderia ordenar a máquina administrativa em nosso país” (CHIAVENATO, Idalberto, Administração Geral e Pública, 2006, p. 111)

Com o passar dos anos, as normas e regulamentos burocráticos que deveriam servir para atingir um propósito pré-estabelecido e com minimização de custos, transformaram-se de meios em objetivos. O excesso de papel, a resistência às mudanças, a despersonalização do relacionamento entre os membros da organização, a rígida hierarquia da autoridade (que conduz o processo decisório impedindo, assim, alternativas de solução), e, ao nosso ver, o que mais afeta a exposição histórica e cultural do Brasil, as “dificuldades no atendimento a clientes e conflitos com o público.” (CHIAVENATO, Idalberto, Administração Geral e Pública, 2006, p. 46).

Caracterizamos, então, a disfunção da burocracia como a exacerbação de um modelo administrativo que fora introduzido na administração de nosso país com o propósito de desestruturar o sistema patrimonialista que há muito impedia o nosso

desenvolvimento. O modelo de administração burocrática idealizado por Max Weber fora inserido em nosso país como exercício de democracia<sup>16</sup> por Getúlio Vargas Para Max Weber “A democracia em massa acaba com os privilégios feudais, patrimoniais e – pelo menos intencionalmente – plutocráticos<sup>17</sup> na administração. Inevitavelmente, coloca o trabalho profissional no lugar da administração subsidiária historicamente herdada pelos notáveis.” (WEBER, Max, Ensaios de Sociologia, 1982, p. 261)

O nosso lento desenvolvimento econômico podemos atribuir às estruturas política e administrativa, não só da coroa portuguesa, mas também à “aristocracia” social que perdura até os nossos dias. A tentativa de adequação de nossas estruturas políticas, sociais e democráticas às europeias foram, de toda ordem, frustradas, do Império à República, pela ineficiência da máquina administrativa. Weber, ao tratar a importância da superioridade técnica na estrutura burocrática administrativa, observadas as oportunidades iminentes, esclarece que na história das nações “o progresso foi mais lento onde as formas estruturais mais velhas estavam tecnicamente bem desenvolvidas e funcionalmente ajustadas às necessidades existentes.” (WEBER, Max, Ensaios de Sociologia, 1982, p. 264). Portanto, o autor esclarece que velhas formas administrativas devem ser ajustadas às necessidades de cada organização, mas não podem servir como obstáculos para o aprimoramento e um freio ao progresso e à exploração econômica e insustentável.

---

<sup>16</sup> Democracia: regime de governo onde o poder de tomar importantes decisões políticas está com os cidadãos (povo), direta ou indiretamente, por meio de representantes eleitos — forma mais usual. Uma democracia pode existir num sistema presidencialista ou parlamentarista, republicano ou monárquico.

<sup>17</sup> Plutocracia: (do grego *ploutos*: riqueza; *kratos*: poder) sistema político no qual o poder é exercido pelo grupo mais rico. Do ponto de vista social, esta concentração de poder nas mãos de uma classe é acompanhada de uma grande desigualdade e de uma pequena mobilidade.(www.wikipedia.org.br)

*O Estado entre nós, não precisa e não deve ser depótico – o depotismo<sup>18</sup> condiz mal com a doçura de nosso gênio -, mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solitudine [...] Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional.*

*Sérgio Buarque de Holanda*

Sérgio Buarque de Holanda atribui a deficiência do sistemas político e econômico do Estado brasileiro aos excessos, ou melhor, às disfunções dos modelos administrativos aprendidos em nossos estudos no curso de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Segundo o autor, “O Estado brasileiro preserva com relíquias respeitáveis algumas das formas exteriores do sistema tradicional, depois de desaparecida a base que as sustentava: uma periferia sem um centro.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p. 176) Atentamos também, com visão de cunho administrativo, à narrativa do autor Gilberto Freyre : “[...] os senhores de engenho tiveram no Brasil o seu arremedo de taylorismo<sup>19</sup>, procurando obter do escravo negro, comprado caro, o máximo de esforço útil e não simplesmente o máximo de rendimento.” (FREYRE, Gilberto, Casa-Grande&Senzala, 2008, p. 107,)

---

<sup>18</sup> Depotismo: forma de governo em que o poder se encontra nas mãos de apenas um governante. Nesta, os súditos são tratados como escravos. Diferentemente da ditadura ou da tirania, este não depende de o governante ter condições de se sobrepor ao povo, mas sim de o povo não ter condições de se expressar e auto-governar, deixando o poder nas mãos de apenas um, por medo e/ou por não saber o que fazer. No Despotismo, segundo Montesquieu, apenas um só governa, sem leis e sem regras, arrebatada tudo sob a sua vontade e seu capricho. (www.wilipedia.gov.br)

<sup>19</sup> Taylorismo ou Administração científica é o modelo de administração desenvolvido pelo engenheiro estadunidense Frederick Winslow Taylor (1856-1915), que é considerado o *pai da administração científica*. Caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando-se aumentar a eficiência da empresa aumentando-se a eficiência ao nível operacional. (www.wilipwdia.org.br)

Há algumas décadas, vê-se uma diversidade de publicações de artigos e livros nos quais o vocábulo “globalização” tornou-se palavra de ordem. Porém, o sentido da palavra e suas consequências como determinadora de uma época, nos acompanha deste sempre. Como bem preconiza o autor Grieco, “A globalização, tratada geralmente como fenômeno contemporâneo, remonta na verdade, ao processo secular evolvente, mesmo antes da configuração do famoso ‘globo terráqueo’ dos nossos dias escolares” ....”a globalização cultural dos dias atuais repousa, básica e essencialmente, nos conceitos filosóficos e artísticos da Hélade<sup>20</sup> e na consolidação das normas de direito e nas estruturas romanas.” (Grieco, Francisco de Assis; 1998, p. 19)

Para Friedman, a globalização atravessou três grandes eras. Diante do seu contexto de cidadão americano, a primeira se estendeu de 1492 – quando Colombo embarcou, inaugurando o comércio entre o Velho Mundo e o Novo – até por volta de 1800, o que chamou de Globalização 1.0, “na qual se viu a redução do mundo de grande para médio e que caracterizou-se basicamente pelo envolvimento de países e músculos (quantidade de força física, de cavalos-vapor, de ventos ou, mais tarde, a de vapor)”. No período que caracteriza, segundo o autor, o início da Era da Globalização, “os países e governos abriram caminhos derrubando muros e interligando o mundo, promovendo a integração global.”(FRIEDMAN, Thomas L., O Mundo é Plano, 2007, p. 20). Weber justifica a afirmação de Friedman em sua obra, fazendo referência ao modelo de dominação empregado na conquista de novas terras e na redução

---

<sup>20</sup> Hélade: antigo nome da região hoje conhecida como Grécia ([www.wikipedia.org.br](http://www.wikipedia.org.br))

ideológica do mundo de grande para médio, afirmado que “no passado, as instituições mais variadas – a partir do clã – conheceram o uso da força física como perfeitamente normal.” (WEBER, Max, Ensaios de Sociologia, 1982, p 98).

A exemplo, o Brasil nasceu contemporâneo à Primeira Globalização. A Carta de Pero Vaz de Caminha pode ser considerada o primeiro marketing realizado tendo nossas belezas naturais e humanas da época divulgadas a uma sociedade europeia que buscava fontes de riqueza para suprir necessidades da sua demanda. Um documento que relata as características da nova terra, seus mistérios e possibilidades, carregado de argumentos sedutores semelhantes aos mecanismos de sedução hoje utilizados na propaganda<sup>21</sup> e publicidade<sup>22</sup>.

Podemos destacar também, durante a colonização de nosso país, a aplicação da força física, justificada pela Igreja, onde os padres jesuítas tinham, então, a obrigação de difundir a fé. Nesta época, quando um povo impedia, pela força, que os apóstolos pregasse a fé, as nações católicas tinham o dever de proteger com a força os sacerdotes para que eles cumprissem seu dever de salvar as almas. E foi isso que justificou a colonização católica no século XVI no Brasil. Gilberto Freyre relata que “Nossas guerras contra os índios nunca foram guerras de branco contra peles-vermelhas, mas de cristãos contra bugres<sup>23</sup> [...] de católicos contra hereges.”

---

<sup>21</sup> Propaganda: qualquer anúncio ou comunicação persuasiva veiculada nos meios de comunicação de massa durante determinado período e num determinado espaço pagos ou doados por um indivíduo, companhia ou organização. (CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J.Paul Jr., Marketing – Criando Valor Para os Clientes, p. 452, 2007

<sup>22</sup> Publicidade: comunicação vista como não paga de informações sobre a companhia ou o produto, geralmente na forma de algum tipo de mídia. (CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J.Paul Jr., Marketing – Criando Valor Para os Clientes, p. 454, 2007

<sup>23</sup> Bugre: denominação dada a indígenas de diversos grupos do Brasil, por serem considerados sodomitas pelos europeus. A origem da palavra vem do francês *bougre*, que de acordo com o dicionário

(FREYRE, Gilberto, Casa-Grande&Senzala, 2008, p. 269). Para Weber, “Não se pode haver dúvida de que os profetas e sacerdotes, através da propaganda, intencional ou não, colocaram o ressentimento das massas a seu serviço.” (WEBER, Max, Ensaios de Sociologia, 1982, p 320).

A segunda grande era, a Globalização 2.0, afirma Friedman, “durou mais ou menos de 1800 a 2000 (interrompida pela Grande Depressão e pelas duas grandes guerras mundiais) e diminui o mundo do tamanho médio para o pequeno”. Aponta o autor que “na primeira metade dessa era, a integração global foi alimentada pela queda dos custos de transporte (graças ao motor a vapor e às ferrovias) e, na segunda, pela queda dos custos de comunicação (em decorrência da difusão do telégrafo, da telefonia, dos PCs, dos satélites, dos cabos de fibra óptica e da World Wide Web em sua versão inicial)”. (FRIEDMAN, Thomas L., O Mundo é Plano, 2007, p. 20)

A exemplo do dos EUA, no Brasil a Globalização 2.0, pode ser contemporizada com o século de grandes mudanças para o país, como a chegada da Família Real, da Proclamação da Independência, da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República, acontecimentos datados de 1808, 1824, 1888 e 1889, respectivamente. Durante a Segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passou por mudanças fundamentais nos campos políticos, sociais e conseqüentemente na forma de ver e entender a nova realidade que estava vivendo. Além desses fatos marcantes para a nossa história e cultura, foi nesse período que foi feita a primeira Constituição Brasileira,

---

Houaiss possui o primeiro registro no ano de 1172 e significa 'herético', que por sua vez vem do latim medieval (século VI) *bulgàrus*. Como membros da igreja greco-ortodoxa, os búlgaros foram considerados heréticos, e o emprego do vocábulo para denotar a pessoa indígena liga-se à idéia de 'inculto, selvático, não cristão' - uma noção de forte valor pejorativo. ([www.wikipedia.org.br](http://www.wikipedia.org.br))

ocorreu a mudança de governo, iniciou-se a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e as fazendas de café e outras lavouras brasileiras modernizaram-se. As cidades cresceram e nelas as primeiras indústrias se instalaram; entre 1850 e 1860 ocorreu o que podemos chamar de surto industrial no Brasil, pois foram inauguradas 70 fábricas que produziam chapéus, sabão, tecidos de algodão e cerveja, artigos que até então vinham do exterior. Além disso, foram fundados 14 bancos, três caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguro, oito estradas de ferro. Criaram-se, ainda, empresas de mineração, transporte urbano, gás e etc. ([www.miniweb.com.br](http://www.miniweb.com.br))

A partir do ano 2000, caracterizado por Friedman como a era da Globalização 3.0. “que está não só encolhendo o tamanho do mundo de pequeno para minúsculo”. Como bem define o autor, “enquanto a força dinâmica da Globalização 1.0 foi a globalização dos países e, na Globalização 2.0, a das empresas, na 3.0 a força dinâmica vigente (aquilo que lhe confere caráter único) é a recém-descoberta capacidade dos indivíduos de colaborarem e concorrerem no âmbito mundial”. (FRIEDMAN, Thomas L., O Mundo é Plano, 2007, p. 21)

O setor de turismo, no Brasil, assume um papel importante na atual fase da Globalização, Globalização 3.0, dado que a imigração de estrangeiros, a emigração dos brasileiros e, por que não dizer, a migração das populações dos estados brasileiros, o êxodo rural e o inchaço das cidades, contribuíram substancialmente para a formações histórica e cultural brasileiras no início do século XX.

A imigração, a partir da Abolição, e tendo seu ápice até a Primeira Guerra Mundial, não só propiciou a formação de novos contingentes étnicos e culturais em

nosso país, mas também afetou o comportamento social do povo brasileiro, sujeito antes aos vícios da escravidão, da imobilidade, da segregação de classes. Italianos, alemães, espanhóis, poloneses, árabes e japoneses desembarcaram em uma nova pátria herdada pelos seus filhos, porém trazendo padrões culturais que, pela educação e pelo trabalho, estimulariam seus descendentes à ascensão na sociedade brasileira.

À vulnerabilidade do nosso país em face dos acontecimentos externos, ou à atual Fase da Globalização, deve-se a mais baixa taxa percentual de crescimento do PIB.

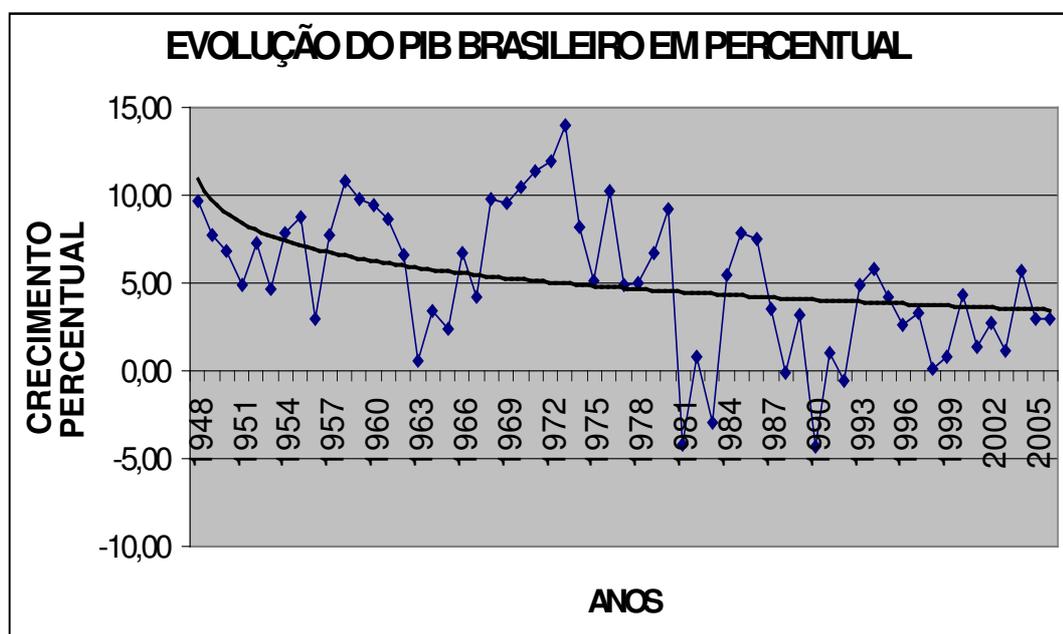
*Nesse sentido, o final do ciclo iniciado no primeiro trimestre de 1992 esteve associado à eclosão da crise no México, no início de 1995, enquanto a interrupção do período de crescimento iniciado ao final de 1995 refletiu às sucessivas crises da Ásia, em 1997, e da Rússia, no segundo semestre de 1998. O menor período de expansão, em 2002, traduziu dificuldades de financiamento externo vinculadas à crise de confiança dos investidores internacionais, associada, em parte, às incertezas presentes no período de sucessão presidencial.*

*(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)*

Temos, por exemplo, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que nossos crescimento e estagnação econômicos seguem a fatos ocorridos em outros países, desde a colonização com a vinda da Família Real em 1808, em face da invasão napoleônica na Europa. Naquela época, a qual denominamos Globalização 2.0, o imperador dos franceses estendia seus domínios em uma guerra

pelo continente europeu. Derrubou monarquias e conquistou regiões onde hoje ficam a Bélgica, a Holanda, a Alemanha, a Itália e a Espanha.

Ao final do período da Globalização 2.0, em decorrência das medidas econômicas e políticas adotadas após a Carta Magna de 1988, nos anos 90, o nosso PIB cresceu em taxas médias anuais de 2.8%, o emprego caiu em 5% e a produtividade aumentou, anualmente, 7.5%. Esses dados levam a crer que, na década, como mostra a correlação negativa do PIB, as taxas altas de produtividade não favoreceram a recuperação do emprego no Brasil. O exame de série histórica anterior a 1990 mostra que, na década de 70, nosso PIB cresceu em cerca de 9% anuais, o emprego em taxas anuais de 6.5% e a produtividade foi menor em 2.4%. (GRIECO, Francisco de Assis, 1998, p. 208).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota: Os resultados do período de 1947 a 1989 foram obtidos pelo Sistema de Contas Nacionais Consolidado.

Para o período de 1990 a 2003, os resultados são do atual Sistema de Contas Nacionais.

Os anos de 2004 e 2005 foram obtidos pelo Sistema de Contas Trimestrais.

Observadas as exposições histórica e cultural do nosso país como potencial de desenvolvimento e riqueza e, desde a colonização, a nossa vocação turística, dados do IBGE apontam que no ano 2005, início da Globalização 3.0, as atividades características do Turismo no Brasil geraram um total de R\$ 131.755 milhões de valor adicionado. Constituindo-se, predominantemente, como atividades prestadoras de serviços, a participação do Turismo no total do valor adicionado gerado pelo setor de serviços foi de 11,00%. Na comparação com a economia brasileira como um todo, o valor adicionado gerado pelas atividades características do Turismo representou 7,15% do total. ([www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)).

Publicações dos autores Churchill e Paul Peter reitera os supracitados afirmando que “vivemos numa economia de serviços, em que a prestação e o marketing de serviços ocupam um papel cada vez maior em relação aos bens tangíveis”. (CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J.Paul Jr., *Marketing – Criando Valor Para os Clientes*, 2007, p. 290) Segundo Domenico De Masi, em comparação com países como Estados Unidos em decorrência da tradição calvinista<sup>24</sup>, nós brasileiros dispomos de todos os números para adotarmos uma filosofia do divertimento, “para adotá-la e expandi-la, retirando disso enormes vantagens”, até mesmo, segundo o autor, para a economia e para a oferta de empregos (MASI, Domenico De, *O Ócio Criativo*, 2000, p. 323).

---

<sup>24</sup> Calvinistas: O Calvinismo é tanto um movimento religioso protestante quanto uma ideologia sócio-cultural com raízes na Reforma iniciada por João Calvino em Genebra no século XVI. O Calvinismo pressupõe que o poder de Deus tem um alcance total de atividade e resulta da convicção de que Deus trabalha em todos os domínios da existência, incluindo o espiritual, físico, intelectual, quer seja secular ou sagrado, público ou privado, no céu ou na terra. ([www.wikipedia.org.br](http://www.wikipedia.org.br))

O autor John Lukacs aponta que a proporção de pessoas no mundo que não se ocupa com nenhum tipo de produção material, seja ela industrial ou agrícola, e sim no setor de serviços, está crescendo, não só nos Estados Unidos, mas em todo mundo. Em definição o historiador Lukacs ratifica a presença da burocracia não só nos setores de bens materiais, mas também de bens imateriais, com o a busca pelo prazer na arte e nas viagens. Segundo o autor, “Pode-se dizer que a era da democracia involuiu, na realidade, para a era da burocracia, e não apenas no ‘governo’, mas também em toda sorte das chamadas instituições ‘privadas’ em setores “cuja principal ‘indústria’ é a atração e a prestação de serviços a turistas” (LUKACS, John, O Fim de Uma Era, 2005, p. 25)

Ainda segundo dados do IBGE, analisado como uma atividade econômica, o Turismo, no Brasil, é definido a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como o resultado econômico do consumo dos visitantes. De acordo com a instituição, a diversidade de perfis e das motivações dos visitantes para as suas viagens, das condições naturais e econômicas do local visitado, dentre outras condicionantes da demanda turística, implicam um conjunto significativamente heterogêneo de produtos consumidos.

Observado o pouco empenho das instituições brasileiras na interação, ou na motivação<sup>25</sup>, das pessoas pela história e cultura brasileiras, encontramos nas palavras

---

<sup>25</sup> Motivação é um processo mental positivo que estimula a iniciativa e determina o nível de entusiasmo e esforço que a pessoa aplica no desenvolvimento de suas atividades. O processo motivacional é responsável pela intensidade, direção e persistência desses esforços. O nível de motivação é influenciado por diversos fatores como a personalidade da pessoa, suas percepções do meio ambiente, interações humanas e emoções.(www.wikipedia.org)

:exposição de motivos ou causa; animação; entusiasmo. (BUENO, Francisco da Silveira; Minidicionário da Língua Portuguesa p. 443,1996)

do autor e historiador John Lukacs a ratificação de que o Brasil, em detrimento de outros países, caminha a passos lentos no setor de serviços, com reflexos pouco significativos e não mensuráveis, mais especificamente, da cultura na nossa economia. O autor afirma em sua obra que a produção do consumo na atualidade, na maioria dos países desenvolvidos, é mais importante que a produção de bens. Lukacs afirma que “enquanto, no passado, um industrial respeitável era alguém que lograva êxito em gerar produção, hoje ele é alguém que gera consumo” (LUKACS, John, O Fim de Uma Era, 2005, p. 26).

Assim, avaliando as condições estruturais e de localização dos prédios dos museus brasileiros, assim como a forma de comunicação entre os museus como emissor e o público como receptor podem prejudicar ou facilitar a codificação pelo público-alvo. Dado que o Setor de Turismo tem relevância na economia brasileira, a visitação aos museus e sua comunicação elaborada com o público são, por nós consideradas, primordiais para o desenvolvimento de nosso país e para o aprimoramento de nosso conhecimento e reconhecimento no exterior.

Apontando para visitação aos acervos dos museus brasileiros como produto característicos do turismo que, é pouco explorado e pouco divulgada no exterior, deve-se, segundo o IBGE, ao fato de que, a visitação como produto, deixa de existir em quantidade significativa ou para os quais o nível de consumo estaria sensivelmente diminuído devido à ausência de interesse do público. O desinteresse da população pela visitação aos museus brasileiros é justificada, segundo Max Weber, pelo sistema de formação educacional e cultural empregado em nosso país. Em sua obra o autor relata

---

que “O gozo da arte exige um grau de educação muito maior, e a arte tem uma natureza muito mais aristocrática do que a literatura.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 208). Outro fato observado por Lukacs é o surgimento, na segunda metade do século XX, na América do Sul, destacando o Brasil nesse contexto, devido ao inchaço dos centros urbanos, as populações, “antes cosmopolitas, passaram a se mudar das cidades para os subúrbios”. Assim, como consequência, o autor afirma que visualizamos, durante toda segunda metade do século XX e início do século XXI, o “surgimento de novas populações, para as quais a vizinhança civilizada e as ofertas culturais das cidades significam pouco ou nada.” (LUKACS, John, *O Fim de Uma Era*, 2005, p. 27).

Segundo o historiador Joel Rufino, o sistema prejudica os ideais de pessoas que são impregnadas de vontade política. Para Rufino, essas pessoas são levadas a acreditar que tudo que desejam para o país e para o povo é uma utopia: “Talvez seja uma confirmação de que o Brasil não se concluiu”, ou seja, a nação que é a integração do povo com sua pátria, não foi materializada, constando apenas em livros e dicionários. Nas última década, relata o historiador, alguns projetos de desenvolvimento e aprimoramento no setor cultural, que, *a priori*, são importantes para a exposição e economia brasileiras, caminham a passos lentos. Joel Rufino justifica a morosidade dos investimentos em nossa cultura e história ao declarar que “A política morreu. Não há variação entre os eleitos e, não se concluindo a nação, todos os políticos e todos os governantes são voltados para o centro. Segundo Ulisses Guimarães, no Brasil, a Cultura é de esquerda, a Economia de direita e a Política de centro”. (RUFINO, Joel, “O

Tempo Brasileiro”; “Projeto Quarta às 4”, Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional, 18/10/2007).

Em observação à nossa cultura e história, Domenico De Masi, relata que, não diferente da Itália, “Nós temos paisagens lindíssimas, um clima ameno, obras de arte à vontade, uma tradição religiosa que atormenta mais do que a calvinista, uma cultura com inclinação à música, à poesia, ao repouso, à introspecção, à alegria e à convivibilidade”. Prossegue afirmando que devemos converter o nosso patrimônio herdado no passado, como nossas história e cultura negras, em recursos de riqueza para o futuro (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 323)

Autores com Grieco, associam a falta de comprometimento de nossos governantes e intelectuais com a nossa história e cultura às influências europeias desde a colonização,. Em sua obra, o autor afirma que “A evolução histórico-social-europeia chegou em paralelo às colônias inglesas e ibéricas, confirmando o processo de integração americana ao cenário global, durante a fase de desenvolvimento colonial. Segundo o autor, a Conjuração Mineira, por exemplo, não foi apenas causada pela voracidade tributária da Coroa, ‘mas obra de grupo de idealistas, poetas e intelectuais versados na cultura europeia’ (GRIECO, Francisco de Assis; 1998, p. 32 e 33)

A estas estruturas globalizantes políticas e econômicas e de ideais de democracia que vêm ocorrendo desde a nossa colonização não se pode atribuir a nacionalistas, em observação às definições anteriormente expostas em nosso trabalho. Como bem salienta Weber, “É evidente que quase sempre as condições econômicas têm a sua influência nessa evolução ‘democratizante’ [...] há casos, igualmente possíveis e historicamente documentados, nos quais a iniciativa partiu do ‘alto’ e teve

natureza exclusivamente política, e alcançou vantagens de constelações políticas, especialmente nos assuntos exteriores.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 263).

Sérgio Buarque de Holanda atribui essa dependência cultural, histórica e, por que não dizer, democrática de nosso país à precária consciência nacionalista de nosso povo e de nossos governantes. O autor afirma que “Se a forma de nossa cultura ainda permanece largamente ibérica e lusitana, deve atribuir-se tal fato sobretudo às insuficiências do ‘americanismo’ “, pois, segundo o autor, o americano, mais especificamente, o brasileiro, ainda é “interiormente inexistente”.(HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*, 2004, p. 172)

Na falta de uma cultura concreta, materializada em obras de arte, o samba, e mais recentemente o funk, passam ser referência cultural do Brasil, tanto interna como externamente. Mas, assim como na formação das empresas, onde há riscos inerente ao processo na racionalização de seus recursos ou de seus fatores de produção, para que o samba fosse reconhecido como identidade cultural do brasileiro em todo o mundo muitos obstáculos foram vencidos, e ainda os são. Alguns aspectos da Administração tais como liderança, recrutamento, seleção, regras, responsabilidade social foram, ao longo do tempo, meios de organização da cultura do samba. Nas últimas décadas algumas empresas tornaram-se parceiros culturais das escolas de samba, ajudando-as na manutenção, como na Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira. Segundo o Vice-Diretor Cultural da Estação Primeira de Mangueira, Fernando Antonio Guerra Peixe, a Mangueira é a única das escolas-de-samba que não tem patrono, tem parceiros. A empresa que injeta dinheiro nas áreas sociais da escola abate no Imposto

de Renda. Domenico De Masi relata a importância do processo administrativo e da motivação, que devem ser concomitantes em nossa cultura, ao afirmar que no carnaval brasileiro e na sua autoorganização “se não dispusesse de uma carga imensa de motivação, se nele não confluíssem esforço, jogo e aprendizado, a imensa máquina organizativa do carnaval carioca precisaria de uma aparato enorme e onerosíssimo de funcionários a serem recrutados, selecionados, assumidos adestrados, administrados, controlados incentivados e punidos” (MASI, Domenico de. O Ócio Criativo, 2000, p. 320)

Em exposição, embora muito criticados em nosso país, os processos de criação das músicas com ritmos de samba, e mais recentemente, do funk, são acompanhados de manifestações culturais, incluídas as danças típicas de cada estilo. As letras do samba e do funk são impregnadas de temas com questões políticas, econômicas e sociais, com ideologias próprias a cada comunidade a que pertencem seus compositores e intérpretes. Ainda nessa linha de pensamento o escritor Muniz Sodré afirma que “todo grupamento humano só se torna possível diante uma coerência interna – a cultura – que é também a sua estrutura”(SODRÉ, Muniz. A Comunicação do Grotesco., 1980, p. 12).

Apesar de todo nosso histórico cultural atribuído aos negros, principalmente, ao índio e aos povos iberos, a importância singular da cultura fora reconhecida com a criação do Ministério da Cultura, em 1985, pelo Decreto<sup>26</sup> 91.144 de 15 de março

---

<sup>26</sup> Decreto: ordem emanada de uma autoridade superior ou órgão (civil, militar, leigo ou eclesiástico) que determina o cumprimento de uma resolução. No sistema jurídico brasileiro, os decretos são atos administrativos da competência dos chefes dos poderes executivos (presidente, governadores e prefeitos). Um decreto é usualmente usado pelo chefe do poder executivo para fazer nomeações e regulamentações de leis como para lhes dar cumprimento efetivo.

daquele ano. Reconhecia-se, assim, a autonomia e a importância desta área fundamental, até então tratada em conjunto com a educação, dado não só a importância na construção da própria identidade nacional, mas também pelo grande destaque na economia do País, com fonte de geração crescente de emprego e renda. (www.cultura.gov.br).

Sérgio Buarque de Holanda reconhece que “...a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional” e esclarece que nesta época “deixaram de funcionar alguns dos freios contra o advento de um novo estado de coisas” e que “o centro de gravidade” de nossa cultura e história passa da área rural para a área urbana. ”.(HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil, 2004, p. 172). O reconhecimento da importância da cultura negra na nossa formação fora tardio. Muitos dos artistas do samba, no início do século, nada recebiam pela sua arte que fora perpetuada até os dias atuais. Na obra de Max Weber, podemos compreender o que leva o homem a se realizar em um trabalho, ainda que sem remuneração pelo feito de dissertar sobre a base de uma autoridade carismática: “Em sua forma ‘pura’, o carisma jamais é fonte de lucro privado para seus possuidores, no sentido da exploração econômica através de uma transação. Nem é uma fonte de renda na forma de compensação pecuniária, e também, raramente envolve uma tributação ordenada para as necessidades materiais de sua missão.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 287).

É importante observar que a preocupação com o potencial de disseminação da cultura e da história dos museus brasileiros é um dado que também afligiu o ex-ministro

---

da cultura, Gilberto Gil<sup>27</sup>, conforme Exposição de Motivos ao Presidente Luís Inácio da Silva (VIDE ANEXO 3), que buscara parceria com a iniciativa privada com a finalidade de aprimoramento, comunicação, a valorização do setor museológico brasileiro. Para o sociólogo Weber, “Cada vez mais, a sorte material das massas depende do funcionamento constante e correto das organizações burocráticas do capitalismo privado.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 265)

Segundo o ex-ministro Gilberto Gil, durante o seu governo, o Ministério da Cultura ampliou em 130 por cento os investimentos na área cultural, de 706 milhões de reais em 2003 para 1,6 bilhão de reais em 2007, incluindo orçamento da pasta e recursos de renúncia fiscal<sup>28</sup>. Mesmo assim, Gil ainda criticava que era pouco e lutava por mais verba. ([www.blog.ipeccultural.org.br](http://www.blog.ipeccultural.org.br)). As resoluções que deveriam ser uma consequência natural da descentralização do nosso sistema administrativo, composto

---

<sup>27</sup> Gilberto Gil: formado em **administração de empresas** no ano de 1965, cantor e compositor, tivemos na pessoa de Gilberto Gil, em janeiro de 2003, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva tomou posse, um ministro da Cultura. Entretanto, permaneceu no cargo de ministro por cinco anos e meio. Deixou o ministério em 30 de julho de 2008 para voltar a dedicar-se com maior exclusividade à sua vida artística ([www.blog.ipeccultural.org.br](http://www.blog.ipeccultural.org.br), grifo nosso)

<sup>28</sup> Renúncia Fiscal - Lei federal nº 9.249/95 de 26/12/1995: § 2º Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I - as de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

II - as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil, sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras: a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária; b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou

de autarquias, empresas e instituições sem fins lucrativos, embarram na desconfiguração do modelo burocrático brasileiro. Talvez devamos tal fato a um retrocesso democrático no Brasil observado a partir da Constituição de 1988.

Max Weber, ainda em crítica a forma de nomeação dos cargos políticos, que dificilmente é exercido por funcionário de carreira dentro da ordem hierárquica do serviço público, fato também observado com frequência na administração pública brasileira, relata que “A necessidade de levar em conta as qualificações gerais, pessoais e intelectuais, independentes do caráter subalterno de certidão educacional, levou a uma situação na qual os cargos políticos mais elevados, especialmente os de ‘ministros’ são preenchidos principalmente sem referência a tais certificados ou certidões.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 237).

Vale ressaltar que o Decreto (VIDE ANEXO 4) que institui o Sistema Brasileiro de Museus, enfatiza a necessidade da comunicação entre as diversas instituições espalhadas em todo território nacional, buscando um trabalho permanente com a cultura e o patrimônio imaterial e material, além do desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizam este patrimônio como recurso educacional e de inclusão social. Sem deixar de realçar a importância dos museus dotando-os de características, tais como a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

Observando a relação da importância aos órgãos de consulta, designados órgãos colegiados por Max Weber e em nossa estrutura de administração pública,

---

associados, sob nenhuma forma ou pretexto; c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

comissão, enfatizamos a posição do sociólogo Weber : “[...] ocorre tipicamente que o senhor” – aqui entendemos o presidente da República ou o Ministro da Cultura – “já não se satisfaz com a consulta ocasional a pessoas de sua confiança pessoal, ou mesmo a uma assembléia dessas pessoas, convocada intermitentemente em situações difíceis”. (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 273).

No ano de 2007, o SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, entidade privada sem fins lucrativos que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte, criou O Termo de Referência para Atuação do Sistema SEBRAE na Cultura e no Entretenimento. Esse documento que foi elaborado com o objetivo de nortear projetos e ações a serem realizados nos estados reforça o papel do SEBRAE como parceiro das entidades e organizações deste setor produtivo. O Termo de Referência tem como objetivo geral orientar a atuação do SEBRAE na Cultura e no Entretenimento, nas atividades de promoção e apoio à criação e ao desenvolvimento de negócios na área de cultura e entretenimento.

De acordo com o documento, a atuação do Sistema SEBRAE na Cultura foi motivada por diversas demandas da sociedade O documento informa ainda que as atividades de criação, produção, difusão e consumo de bens e serviços culturais representam hoje o setor mais dinâmico da economia mundial que, até a criação do documento em 2007, vinha registrado crescimento médio de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia crescia a 5,7%. Apesar de não haver informações totalmente sistematizadas sobre o seu impacto na economia brasileira, a Cultura é responsável aproximadamente por 4% do PIB e é reconhecida hoje como um eixo estratégico de

desenvolvimento. Max Weber visualizou a problemática dos erros cometidos pelos órgãos da Administração Pública em detrimento da iniciativa privada não importa em grande alarde, pois, segundo o sociólogo, “Os erros nas estatísticas oficiais não têm consequências econômicas diretas para o funcionário culpado, mas erros no cálculo de uma empresa capitalista são pagos com prejuízos, e talvez mesmo com a existência da empresa.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 272).

Em perspectiva do modo de atuação, tanto do Sistema SEBRAE na Cultura quanto do Sistema Brasileiro de Museus, recorreremos a definição de Max Weber, onde esclarece que, na verdade, o resultado esperado desses órgãos colegiados dependerá da representatividade política que ocupam na Administração Pública de nosso país. Para Weber, “A posição destes órgãos colegiados varia, naturalmente, segundo a situação que alcançam, com a mais autoridade administrativa ou com autoridade central e monocrática, ou em posição de igualdade com várias dessas autoridades.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 273).

Ainda, recentemente a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de criação do Estatuto de Museus, que prevê normas de preservação, conservação, restauração e segurança dos bens artísticos. Elaborado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei<sup>29</sup> 7568/06 visa dar condições para o desenvolvimento dos museus e o fortalecimento das redes e

---

<sup>29</sup> Projeto de Lei: conjunto de normas que deve submeter-se à tramitação no legislativo com o objetivo de efetivar-se através de uma lei. No Brasil, um projeto de lei pode ter sua tramitação iniciada tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, devendo ser avaliado e aprovado por ambos. O presidente da república pode vetar projetos de lei parcial ou totalmente. Todo projeto de lei recebe um número específico, ou protocolo, que lhe é designado a fim de facilitar a sua identificação e acompanhamento. ([www.wilipedia.org.br](http://www.wilipedia.org.br))

sistemas existentes. A medida valida e fortalece o Sistema Brasileiro de Museus - SBM, instituído pelo Decreto nº 5.264/2004. Ela cria normas gerais reguladoras, busca contribuir para uma definição mais ampla do conceito de museus<sup>30</sup>, estabelece os procedimentos de criação de instituições museológicas, identifica suas funções e atribuições e regula as atividades específicas.

Em decorrência das normas especificadas no Estatuto dos Museus e da participação de representantes que comporão o Sistema Brasileiro de Museus, com o objetivo de direcionar, regularizar e racionalizar os procedimentos e interações das instituições museológicas, recorreremos a importância atribuída por Max Weber à burocracia, ao dissertar sobre o caráter permanente da máquina burocrática na vida do cidadão. Para o sociólogo, “A burocracia é o meio de transformar uma ‘ação comunitária’ em ‘ação societária’ racionalmente ordenada”. Portanto, para Weber e para observadores do modelo de administração utilizado em nosso país, “a burocracia foi e é um instrumento de poder de primeira ordem” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 266).

É importante observar ainda que a EMBRATUR fora criada em época de ditadura militar e que, segundo o professor da Universidade de Maringá, João dos Santos Filho, em artigo publicado em abril de 2004, a finalidade da criação da EMBRATUR era torná-la um instrumento capaz de veicular para o mundo a propaganda política oficial de apoio à ditadura militar, divulgando a imagem da nova democracia brasileira em

---

<sup>30</sup> Art. 1º. Consideram-se museus, para os efeitos desta lei, as instituições sem fins lucrativos, que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

oposição a denúncias contra as ações do governo militar. Denúncias essas, segundo o autor, feitas pelos exilados políticos em países como Argélia, Chile, França, Suécia, Itália, Suíça, Dinamarca, Noruega, as então Alemanhas Ocidental e Oriental, Portugal, Inglaterra, México, Costa Rica e Argentina. Segundo o autor e professor João dos Santos Filho, foram nas duas capitais do exílio brasileiro, onde se concentraram o maior número de exilados políticos, Santiago (Chile) e Paris (França), que apareceram não só o maior número de periódicos, mas também os mais expressivos e os de maior duração. (Santos Filho, João dos, EMBRATUR, Da Euforia Ao Esquecimento: O Retorno Às Raízes Quando Serviu À Ditadura Militar, abril de 2004)

O Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, em seu artigo 11, que cria a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, com a natureza de Empresa Pública, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, define como principal finalidade incrementar o desenvolvimento, da então denominada, indústria de Turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes que lhes forem traçadas pelo Governo. Desde janeiro de 2003, como a instituição do Ministério do Turismo, a atuação da EMBRATUR concentra-se na promoção, no marketing e apoio à comercialização dos produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros no exterior (Diário Oficial da União de 21.11.1966).

Tivemos, assim, com a criação da EMBRATUR, longe da intenção de desenvolvimento cultural e econômico de nosso país, a máquina burocrática a serviço dos governantes, característica da Administração Pública Patrimonialista, onde o

“aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano” (CHIAVENATO, Idalberto, *Administração Geral e Pública*, 2006, p. 120).

Diante do costume do brasileiro de interação com outros povos e da consequentes influências em nossos hábitos e costumes, e por vezes inúmeras, em nossa língua, deparamo-nos com a tentativa de abstrair desses, assim como a de nossos governantes, a ideia de uma história e cultura brasileiras de poucos frutos, e, por muitas vezes de instituições culturais criadas com finalidade política pouco democrática, recorreremos ao autor Sérgio Buarque de Holanda, que elucida-nos: “É frequente imaginarmos pezar os princípios democráticos e liberais quando, em realidade, lutamos por um personalismo ou contra outro (HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 2004, p. 184)

Max Weber, relata em sua obra a missão atribuída a alguns homens dos setores da administração pública e da problemática da personalização nas decisões em relação a estrutura burocrática do governo: “Em sentido e conteúdo, a missão pode estar dirigida a um grupo de homens que são delimitados localmente, etnicamente, socialmente, politicamente, ocupacionalmente ou de alguma outra forma. Se a missão dirige-se a um grupo limitados de homens, como é comum, encontra seus limites dentro desse círculo.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 285).

## **CAPÍTULO 7: DAS UNIDADES DE ENSINO E SUAS PARTICIPAÇÕES NA INTEGRAÇÃO ENTRE OS MUSEUS E A COMUNIDADE**

*Por trás de todas as discussões atuais sobre as bases do sistema educacional, a luta dos 'especialistas' contra o tipo mais antigo de 'homem culto' se oculta em algum aspecto decisivo. Essa luta é determinada pela expansão irresistível da burocracia de todas as relações públicas e privadas de autoridade e pela crescente importância dos peritos e do conhecimento especializado. Essa luta está presente em todas as questões culturais íntimas.*

*Max Weber*

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelece que o poder executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado. Com a nova redação do Decreto-Lei nº 900, de 1969, respeitando as competências do Poder Legislativo, o Poder Executivo passa a regular a estrutura, as atribuições e funcionamento dos órgãos da Administração Federal, compreendida em Administração Direta e Administração Indireta. Aquela, constitui os serviços integrados da administração do Presidente da República e dos Ministérios. Esta, compreendidas por entidades de personalidade jurídica própria.: Autarquia, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista e Fundações Públicas. Essas entidades compreendidas na Administração Indireta, vinculam-se ao Ministério em cuja área de competência estiver enquadrada sua principal atividade.(CHIAVENATO, Idalberto, Administração Geral e Pública, 2006, p. 537 e 538)

Porém, a partir da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios do nosso país deverá obedecer, de acordo com o artigo 37, em seu caput aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e ao da economicidade, constante no artigo 70. Assim, como bem observa Idalberto Chiavenato, “a nova Constituição determinou a perda da autonomia do Poder Executivo para tratar da estruturação dos órgãos públicos, [...] retirou da administração indireta a sua flexibilidade operacional, ao atribuir às fundações e autarquias públicas normas de funcionamento idênticos às que regem a administração direta.” (CHIAVENATO, Idalberto, Administração Geral e Pública, 2006, p. 126). Um desdobramento dessa perda de autonomia do Poder Executivo na estruturação dos órgãos públicos e da flexibilidade operacional das fundações é o que acarreta ao setor museológico: uma disfunção burocrática. Embora a eficiência funcional abranja não só a produtividade, mas também, a perfeição do trabalho e sua adequação ao fim visado, o princípio da eficiência no serviço público não pode sobrepor aos demais princípios constitucionais, principalmente o da legalidade. A liberdade de agir do agente público, portanto, encontra-se cerceada pela lei, e o Estado, aqui representado pelas instituições museológicas e pelas instituições educacionais, compelido em sua função que é a de atender ao interesse e ao bem público. Assim, para o agente público<sup>31</sup>, educadores e funcionários, seu campo de movimentação deve ser expresso e em função da lei, que, diferentemente do poder privado que pode fazer o que a lei não

---

<sup>31</sup> Agente Público: Em Direito Administrativo é toda pessoa que presta um serviço público, sendo funcionário público ou não, sendo remunerado ou não, sendo o serviço temporário ou não

proíbe, fica paralisado e impossibilitado de agir. Inadequados, os princípios administrativos burocráticos perdem-se na finalidade, tornando-se um fim em si mesmo.

Os modelos utilizados por instituições educacionais, que ora prezam pela erradicação da padronização no ensino ora pela sua manutenção, não é um dado novo, contemporâneo, como bem observa Max Weber: “Historicamente, os dois pólos opostos no campo das finalidades educacionais são: despertar o carisma, isto é, qualidades heróicas ou dons mágicos; e transmitir o conhecimento especializado.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 482). Para Weber, os dois modelos de exprimir a formação cultural, despertar o carisma e transmitir conhecimento especializado, não são opostos, mas possuem conexões entre si. Para o sociólogo, no modelo carismático, o estudante deve ser tentado ao aprendizado considerando-se que dentro de cada aluno haja um interesse adormecido, despertá-lo, testar sua capacidade.

Em conformidade às afirmações do sociólogo Weber, em sua obra, onde aponta que “pedagogia do cultivo” deve ser utilizada sem discriminação, por todos os educadores e profissionais ligados à informação e à cultura e para todos, e relata que este modelo de educação pode ser “feita com todos e, apenas, as metas diferentes” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 483). Observamos as declarações do historiador e professor Joel Rufino sobre as deficiências na transmissão do conhecimento ocorridas em nosso tempo: “A elevação do espírito da educação não se faz mais de cima para baixo, faz-se pelo contágio, ou seja, quem está perto tem a

---

verdade, quem está longe, não.” (RUFINO, Joel, “O Tempo Brasileiro”; “Projeto Quarta às 4”, Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional; 18/10/2007).

Como resultado do domínio agrário que perdurou em nosso país até o surgimento das fábricas, temos que nas décadas seguintes muitos de seus descendentes fossem estudar em escolas especializadas o que antes era passado de pai para filho. Essa evolução do aprender em nossa sociedade, agrária ou industrial, passa do senso comum para o conhecimento científico, como bem salienta Sérgio Buarque de Holanda, “as receitas do bem produzir não se herdam pela tradição e pelo convívio, através de gerações sucessivas, com as terras de plantio, mas são aprendidas, por vezes, nas escolas e nos livros.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 2004, p. 175)

O desdobramento do que ocorrera com a sociedade brasileira desde o início da nossa colonização é formulada por Sérgio Buarque em sua obra. Para ele, “os brasileiros estão hoje expiando os erros dos seus pais, tanto quanto os próprios erros. A sociedade foi mal formada nessa terra, desde as suas raízes. (HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 2004, p. 181) Outra gravidade observada por Weber é a excessiva profissionalização do saber e a busca, por muitas vezes necessária, de transformar o conhecimento em fonte de renda, que transformam as unidades educacionais e seus agentes um fim em si mesmo. “Quando a educação intelectual e estética se torna uma profissão, seus representantes ligam-se, através de uma afinidade íntima, com todos os portadores da velha cultura social, porque para eles, como para seus protótipos, sua profissão não pode ser uma fonte de lucro imerecido” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 422).

Taxa de analfabetismo funcional das pessoas de 15 anos ou mais de idade, segundo as grandes regiões - 2002		
	1992	2002
Brasil	36,9%	26%
Norte	33,2%	24,7%
Nordeste	55,2%	40,8%
Sudeste	29,4%	19,6%
Sul	28,9%	19,7%
Centro-Oeste	33,8%	23,8%

Fonte: [www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)

Mais uma vez vemos na formação cultural de nosso povo, tendo as unidades de ensino com disseminadoras do saber, as influências do início de nossa colonização com bem observa Grieco: “A atenção dada ao ensino primário foi resultado da secularização que se seguiu á expulsão da Companhia de Jesus, cobrando imposto de ‘subsídio literário’ para a manutenção de aulas régias”(GRIECO, Francisco de Assis, O Brasil e a Globalização, 1998, p. 45). Em face dessa atenção dada a alfabetização, durante muito tempo em nosso país definimos com analfabetos os brasileiros que não sabiam ler e escrever, como bem observa Sérgio Buarque de Holanda em sua obra “Quanta inútil retórica se tem desperdiçado para provar que todos os nossos males ficariam resolvidos de um momento para o outro se estivessem amplamente difundidas as escolas primárias e o conhecimento do ABC” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p. 165).

Segundo dados do IBGE, na América Latina, a UNESCO (Projecto Principal de Educação en America Latina e el Caribe, 1993) ressalta que o processo de alfabetização só se consolida de fato para as pessoas que completaram a 4ª série (5º ano) do ensino fundamental. Entre aquelas que não concluíram esse ciclo de ensino, se tem verificado elevadas taxas de volta ao analfabetismo, agora ampliado em números e denominado analfabetismo funcional, ou seja, a pessoa que possui menos de quatro anos de estudos completos.

De acordo com a definição supra citada, em 2002 o Brasil apresentava um total de 32,1 milhões de analfabetos funcionais, o que representava 26% da população de 15 anos ou mais de idade. ([www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)) Cabe a observação do autor Sérgio Buarque de Holanda a despeito da forma enraizada em nosso sistema educacional que durante muitos anos priorizou, e ainda hoje o faz, onde a conclusão dos primeiros anos do ensino fundamental são utilizados com base de cálculo para as estatísticas do analfabetismo no Brasil. Segundo o autor, “cabe acrescentar que, mesmo independentemente desse ideal de cultura, a simples alfabetização em massa não constitui talvez um benefício sem par.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p. 166)

Em definição ao papel das escolas em nosso país que hora se ocupam não com a formação do ser intelectual, mas com o profissional especializado, portador de um certificado, Domenico De Masi, salienta que, no futuro, “a aventura de buscar trabalho terá maior probabilidade de sucesso quanto mais conhecimentos o candidato tiver e for capaz de oferecer serviços do tipo intelectual, científico e/ou artístico, adequados às necessidades sempre mais variáveis e personalizadas dos consumidores.” (MASI,

Domenico de, *O Ócio Criativo*, 2000, p. 107). John Lukacs aponta ainda a tendência de proteger e educar as crianças como um hábito burguês do início da Era Moderna (e ratifica a importância do significado original de “educar”, o qual seja criar, orientar) fora, no ocorrer do século XIX adotados por diversos governos. (LUKACS, John, *O Fim de Uma Era*, 2005, p. 28).

Já com ensino superior no Brasil ocorrera, em fase posterior ao do descobrimento, o que por hora é observado em nossa comunidade acadêmica, como a procura por instituições de ensino internacionais para cursos de pós-graduação, gerando um grande processo de ‘aculturação’ de nossa história, em substituição pelos valores adquiridos nas universidades no exterior, definido por De Masi, chegando até mesmo ao desinteresse, ou à que podemos chamar, dominação. Grieco, relata que “no terreno da educação superior o Marquês garantiu o ‘monopólio acadêmico’ de Coimbra, com o propósito de assegurar a fidelidade dos brasileiros aos monarcas lusos” (GRIECO, Francisco de Assis, *O Brasil e a Globalização*, 1998, p. 45).

Os diplomas, ainda hoje, têm um peso maior na formação do homem cidadão que o seu saber, a sua subjetividade. “Hoje, os diplomas são o que o teste dos ancestrais foi no passado, pelo menos onde a nobreza continuou poderosa: um pré-requisito para a igualdade de nascimento, uma qualificação para um canonicato<sup>32</sup> e para o cargo estatal.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 278). “As nossas

---

<sup>32</sup> Canonicato: foi um benefício clérigo ligado ao cânone. Um cânone ou cânon normalmente se caracteriza como um conjunto de regras (ou, frequentemente, como um conjunto de modelos) sobre um determinado assunto, em geral ligado ao mundo das artes e da arquitetura. A canonização é a sistematização deste conjunto de modelos. O termo deriva da palavra grega *kanon*, que designa uma vara utilizada como instrumento de medida. ([www.wikipédia.org.br](http://www.wikipédia.org.br))

academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão uso, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, 2004, p. 156)

Encontramos, assim, enraizada em nossa sociedade esta dominação ou aculturação em face da inferência dos modelos europeus em nossas instituições de ensino, tais como a falta de tratamento diferenciado de acordo com as necessidades individuais do aluno e a caracterização de nossas unidades escolares de acordo com modelos empresariais, ou seja, ao fim em si mesmo, e a serviço do poder. O autor Lukacs afirma que “como ocorre em muitas outras esferas da vida, as normas que regem as práticas e funções das escolas e universidades são mais burocráticas do que meritocráticas.” (LUKACS, John, *O Fim de Uma Era*, 2005, p. 31). Em conformidade, Weber, enfoca essa determinação de um sistema ao afirmar que “As instituições educacionais do continente europeu, especialmente as de ensino superior – as universidades, bem como as academias técnicas, escolas de comércio, ginásios e outras escolas de ensino médio – são dominadas e influenciadas pela necessidade de tipo de ‘educação’ que produz um sistema de exames especiais e a especialização que é, cada vez mais, indispensável à burocracia moderna.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 277).

Em observância a definição de cultura por nós trabalhada, o significado de aculturação, que, segundo Silveira Bueno, é uma “influência recíproca de elementos culturais entre grupos de indivíduos” (BUENO, Silveira, *Minidicionário da Língua Portuguesa*, 1996, p.21), o autor Domenico De Masi, a considera [aculturação] como

um processo de colonizar o cérebro do indivíduo com objetivo de moldá-lo de acordo com o interesse do outro, definido como grupo de referência, de modo que o dominado faça aquilo que considera útil ao dominador, ou seja, nem sempre como uma coisa útil e positiva.

Ainda segundo De Masi, a história da humanidade, desde as primeiras civilizações até ao dia de hoje, sofre um processo de aculturação progressiva. Do animal que socorre a prole, passando pelo homem, e em nossa formação, pela mulher que educa o filhos até a adolescência, pela criação da escola, com a escolarização institucional pelo Estado-Moderno, até chegarmos ao momento no qual os meios de comunicação nos “educam” e nos “aculturam”, em substituição à família e às instituições de ensino, não por período determinado, mas, segundo De Masi, até a nossa morte (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 34). Segundo Lukacs, “A era da escolarização institucional foi mais uma aspecto da Era Moderna. [...] No século XIX, o ideal de educação generalizada e pública, implicando mais e mais a responsabilidade dos governos [...] Durante o século XX, o papel das escolas foi ampliado e estendido, reduzindo as antigas responsabilidades anteriores dos pais.” (LUKACS, John, O Fim de Uma Era, 2005, p. 30).

Domenico De Masi aponta que “Educar significa enriquecer as coisas de significado. [...] Quanto mais educado você for, um maior número de significados as coisas suscitam em você e mais significados você dá as coisas.” (MASI, Domenico De, O Ócio Criativo, 2000, p. 327). O sociólogo Max Weber, diante da burocratização da educação e das exigências de currículos e diplomas, assim como dos exames especiais, esclarece-nos que a natureza e o desenvolvimento do diploma universitário

não fora pela “sede de educação”, mas pelo desejo de restrição na cessão desses títulos a uma classe privilegiada da sociedade e pela monopolização da formação desses alunos, com treinamentos especializados e racionais, pelos detentores do poder (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 279).

Segundo o autor John Lukacs, na Era Moderna a posse de diplomas, assim como a categoria da faculdade ou universidade pela qual o aluno os obtém, passaram a ter importância maior que a meritocracia dos que os conquistam. Um outro dado observado por nós é que, não só nos Estados Unidos, país de origem do autor, mas também aqui no Brasil, “o número e a variedade dos diplomas conferidos pelas instituições de ensino superior cresceram numa medida fantástica e absurda.” (LUKACS, John, *O Fim de Uma Era*, 2005, p. 31).

Essa tendência inflacionária tanto dos certificados universitários com das próprias instituições de ensino, teve como desdobramento a função das escolas que passou a ser mais burocrática, normativa, pouco intelectualizada, mais profissionalizante e menos acadêmica, do que meritocrática. Como bem profetizara Max Weber, “os custos ‘intelectuais’ dos certificados de educação são sempre baixos, e com o crescente volume desses certificados os custos intelectuais não aumentam, mas decrescem.” (WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, 1982, p. 279).

*Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no **mérito**. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade*

*humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.*

(Declaração Universal Dos Direitos Humanos, Resolução 217 A (III), da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, Artigo XXVI, *grifo nosso*)

Assim, esse efeito involutivo de nossa cultura e da nossa formação intelectual, contemporâneos à Era Moderna e, esta, ao descobrimento e colonização de nossas terras, conduziu-nos ao declínio da imaginação, da comunicação, da informação, da atenção das pessoas, da capacidade de concentração, de escutar e do pouco pertencimento pela arte concreta, não imediata, pois segundo Domenico De Masi, “para apreciar uma obra muitas vezes é necessário conhecer sua história, seu sentido, e sua meta.” (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 327). Sérgio Buarque de Holanda também aponta que, nós brasileiros, “Só raramente nos aplicamos de corpo e alma a um objeto exterior a nós mesmos.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p. 155)

Da importância da família, das escolas e universidades, e também dos museus, não citados pelo autor, mas subentendidos por nós, para inferir esse pertencimento histórico e cultural em nosso povo, temos ainda, segundo a retórica de De Masi que “a família, a escola e a mídia devem colocar ao lado da atual educação profissional dos jovens ou outro tipo de educação, igualmente séria, com vistas às atividades lúdicas e culturais.” (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 322).

Temos que o surgimento das instituições culturais em nosso país deu-se com a chegada da Família Real e compreendeu o período, anterior a Independência, entre 1808 e 1821, os seguintes museus:

- “Em 1816 foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, embrião do atual Museu Nacional de Belas-Artes;
- Em 1818 foi criado o Museu Real, embrião do atual Museu Nacional da Quinta da Boa Vista” ([www.wikipédia.org.br](http://www.wikipédia.org.br)).

Após a Independência, mas ainda no período monárquico, novas instituições museológicas foram fundadas em nosso país:

- "1838, o museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;
- 1864, o Museu do Exército;
- 1868, o Museu da Marinha; e
- 1871, o Museu Paraense Emílio Goeldi” ([www.wikipédia.org.br](http://www.wikipédia.org.br)).

Finalmente, no período Republicano, destacam-se a criação , dentre outros, os seguintes, totalizando cerca de 2.500 (dois mil e quinhentos) museus em todo território nacional:

- “em 1922, do Museu Histórico Nacional
- em 1932, do curso de Museus
- em 1934, da Inspetoria de Monumentos Nacionais
- em 1937, do Museu Nacional de Belas Artes
- em 1938, do Museu da Inconfidência
- em 1940, do Museu Imperial” ([www.wikipédia.org.br](http://www.wikipédia.org.br))

Quando os museus fazem parcerias com as unidades escolares, sejam elas públicas ou privada, de níveis fundamental, médio ou superior, proporcionam ao seu

público-alvo, os estudantes, integração entre a abstração da aprendizagem em sala de aula e a materialização sobre a cultura, a história, a ciência e a geografia do nosso país. Há, segundo a pedagoga Patrícia Justo Moreira, relação de dependência direta (necessária formação anterior na instituição educacional para compreensão das exposições); de dependência inversa (diante da proposta de alunos, educadores e da comunidade que após visitarem os museus passam a propor às escolas um trabalho mais elucidativo sobre as obras expostas) e de instigação (quando os museus participam da formação educacional dos cidadãos, de maneira a instigar nos visitantes uma “observação distraída”. (Pátio: Revista Pedagógica, nº 48; Janeiro de 2009)

Essa interação entre museus e comunidade além de contribuir para a formação identitária do brasileiro e inferir nos alunos o respeito por nossas instituições, minimizam um problema observado por Domenico De Masi e que nos passa despercebido: “[...] alguns [funcionários dos museus] oferecem seus serviços num horário completamente inacessível a quem os usa, já outros tiram férias exatamente quando são requisitados pelos clientes (pense nos guardiães dos museus, que são abundantes de segunda a sexta, e escassos nos fins de semana e feriados.” (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 64)

Outro aspecto importante, é que as instituições museológicas se adequariam à sua finalidade original de educação e comunicação com público-alvo, além de solucionar a escassez de recurso humano nos finais de semana e feriados observada por Masi, Como aponta Lukacs: “a falibilidade inevitável de todas as instituições humanas: quando as pessoas tendem a esticar ou levar a extremos suas

características originais e particulares, estas se tornam o oposto diametral de suas intenções originais.” (LUKACS, John, O Fim de Uma Era, 2005, p. 38).

Da pouca disposição e, porque não dizer, do não pertencimento e conseqüente desterritorialização dos empregados e servidores dos museus Sérgio Buarque de Holanda enfatiza que “No trabalho não buscamos senão a própria satisfação, ele tem o seu fim em nós mesmos e não na obra.” (HOLANDA, Sérgio Buarque de, Raízes do Brasil, 2004, p.155). A nossa formação identitária depende do papel das nossas instituições, e em especial, das instituições museológicas com bem explana Masi: “A identidade depende cada vez mais daquilo que aprendemos, da nossa formação, da nossa capacidade de produzir ideias, do nosso modo de viver o tempo livre, do nosso estilo e da nossa sensibilidade estética.” (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 252) e acrescenta o autor: “Do mesmo jeito que se aprende a ser técnico de informática, torneiro mecânico, engenheiro ou farmacêutico, também se aprende a ser pai, telespectador, **cidadão** e **turista**.” (MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, 2000, p. 322, grifo nosso)

## **CAPÍTULO 8: RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA EM UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR**

Utilizamos o Método Estatístico para mensurar através de uma estimativa dos dados quantitativos o quanto os estudantes da Rede Pública dos Níveis Fundamental, Médio e Superior consideram necessário ou suficiente a visita aos museus para a

materialização do aprendizado em sala de aula. Realizamos uma pesquisa de campo com alunos das unidades de ensino abaixo relacionadas:

- Escola Municipal Estácio de Sá, localizada à Praça Tenente Coronel Siqueira, nº 22, Forte de São João, Bairro Urca,
- Colégio Estadual Infante Dom Henrique, localizado à Rua Belfort Roxo, 433, Copacabana Rio de Janeiro
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Campus Praia Vermelha, localizada à Av. Pasteur, Urca.

É importante salientar que as unidades de ensino visitadas encontram-se na área da zona sul do Rio de Janeiro, próximas aos principais museus da cidade.

Foram entrevistados, também, para efeito de correlação dos dados com as respostas dos questionários dos alunos, professores dos Níveis Fundamental, Médio e Superior, a saber:

- Leila Marinho Freitas
- César de Miranda e Lemos
- Denise Marques Silva
- Reia Silvia Carvalho Capella

## **QUESTIONÁRIO RESPONDIDO POR PROFESSORES DA REDE DE ENSINO DE NÍVEIS FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR**

Observações sobre o tema:

“A participação dos museus na formação histórica e cultural e na construção identitária do cidadão brasileiro”

Prof<sup>o</sup> César: Penso ser uma relação estruturante da construção identitária. Há pouca valorização sobre esta relação na cultura vivencial dos educadores (lato sensu) junto aos educandos. Certamente, a falta de políticas públicas continuadas sobre o papel desses “lugares de memória” na formação societária brasileira importa negativamente sobre isso. Mas, há “sinais de fumaça” indicando um crescente reconhecimento dessa relação construtiva para a formação cidadã no país, é, portanto, temática “hiper” atual.

Prof<sup>a</sup> Leila: O turismo cultural está crescendo consideravelmente, assim podemos dizer que o museu atualmente é um grande atrativo turístico. O museu está vivo e é um ótimo espaço social, com grande potencial transformador, voltado para os sujeitos e suas práticas culturais. Está a serviço da sociedade, possibilitando um processo de construção da qual os sujeitos participam

Prof<sup>a</sup> Denise: Tema interessante.

Prof<sup>a</sup> Reia: Tema relevante, pois os museus são e sempre serão parte da nossa memória cultural e também importante integrante da formação identitária do cidadão brasileiro. Porém, apesar dessa constatação, verifica-se em nosso país a ignorância a respeito da importância dos museus em nossa formação cidadã.

1. Nome e formação acadêmica?

Prof. César: César de Miranda e Lemos. Bacharel e Licenciado em História, Mestre em História e Doutor em Serviço Social.

Prof<sup>a</sup> Leila: Leila Marinho Freitas. Graduação em Letras (português e inglês) – Pós Graduação Arteterapia em Saúde e Educação

Prof<sup>a</sup> Denise: Denise Marques Silva – Graduação em História

Profª Reia: Réia Silvia Carvalho Capella. Graduação em Pedagogia e Pós-Graduação em Psicopedagogia.

2. O(a) senhor (a) já visitou, com alunos, algum museu?

Prof. César: Muitos, e constantemente.

Profª Leila: Sim, já visitei alguns museus com os meus alunos.

Profª Denise: Sim, algumas vezes.

Profª Reia: Sim. Tive o privilégio de visitar com minhas turmas o Museu Casa de Rui Barbosa e o Museu da Ciência.

3. O(a) senhor(a) visita museus com seus alunos com que frequência durante o período de aulas (ano letivo)?

Prof. César: Quando as condições estruturais permitem, e mesmo quando elas são precárias, pelo menos duas vezes ao ano.

Profª Leila: Geralmente fazemos uma ou duas visitas

Profª Denise: Com algumas turmas, pelo menos uma vez por ano.

Profª Reia: As visitas aos museus ocorriam de uma a duas vezes por ano.

4. Quais (Qual) dos museus abaixo o(a) senhor(a) já visitou com seus alunos?

Museu Histórico Nacional ; Museu da República ; Museu Nacional ; Museu Imperial

Prof. César: Todos.

Profª Leila: Já visitei todos esses museus com os meus alunos

Profª Denise: Todos, porém considero o Museu Imperial mais difícil de ser visitado, pois fica em Petrópolis. Visitei outros também, tais como o Museu do Índio e Museu Casa de Rui Barbosa.

Profª Reia: Museu da República.

5. O(a) senhor(a) leciona há quanto tempo para alunos de escola pública?

Prof. César: Há quatorze anos.

Profª Leila: Leciono há trinta e três anos.

Profª Denise: Há 23 anos.

Profª Reia: Há vinte e dois anos.

6. Em sala de aula o(a) senhor(a) estimula seus alunos, quando viajam para alguma cidade ou país, a visitar museus para conhecer a história do lugar?

Prof. César: Sim

Profª Leila: Sim, é importante conhecer o patrimônio cultural, novas culturas.

Profª Denise: Sempre. Comento sobre a minha experiência em viagens. Trago fotos. Destaco nos livros didáticos utilizados fotos de objetos antigos, pinturas, móveis e referências feitas a museus. Indico sites, etc. Em geral, os alunos se animam.

Profª Reia: Dificilmente

7. Como o(a) senhor(a) definiria a experiência, ou as sensações, de seus alunos ao visitar um museu ?

Prof. César: Plurais, alguns demonstram grande realização com a experiência. Na média, vigora uma passividade. Em geral, o mais destacado é o “passeio”. Alguns Museus precisariam contar com mais espaços de interação com as crianças e adolescentes, e mesmo para adultos, especialmente idosos. A Casa de Ciência da Fiocruz e a Casa de Ciência da UFRJ oferecem esses “momentos e espaços”.

Profª Leila: Saem com uma bagagem de conhecimento maior.

Profª Denise: Quando planejo uma visita ao museu, ela sempre está relacionada à matéria estudada naquele momento. Sendo assim, os alunos já sabem o que irão encontrar na visita e estão bem estimulados. Procuro romper a primeira barreira quando se menciona a palavra museu, quase sempre relacionada a algo muito chato, distante, sem graça.

Profª Reia: Parecem-me deslumbrados, surpresos, curiosos.

8. Durante as visitas, o(a) senhor(a), alguma vez, sentiu necessidade de um orientador para que lhe ajudasse no trabalho de aprendizagem dos alunos sobre importância da obras ou de objetos expostos no museu?

Prof. César: Sempre, mas isto parece refletir a ausência de investimentos continuados no setor. Quando ocorre uma exposição “badalada”, isto é oferecido. Mas, no cotidiano, a falta de orientadores é objetiva.

Profª Leila: Sim, já necessitei de monitor para dar as explicações necessárias.

Profª Denise: Acredito que os museus que possuem a visita orientada o aproveitamento da exposição é sempre muito maior.

Profª Reia: Sim. Nota-se a ausência de funcionários capacitados para prestarem informações sobre as obras ou objetos expostos e também percebe-se número insuficiente destes nos museus públicos brasileiros.

9. Em alguma visita a museu o(a) senhor(a) encontrou dificuldade para passar aos seus alunos informações sobre alguma peça da exposição?

Prof. César: Encontrei, principalmente quando este aluno possui alguma necessidade especial.

Profª Leila: Sim, já encontrei dificuldade para passar informações.

Profª Denise: Não. Na maioria das vezes a visita é guiada.

Profª Reia: Sim.

10. Em algum momento, ao visitar um museu com seus alunos, o(a) senhor(a) encontrou dificuldade de acesso? (dificuldade de estacionamento, distância de seu lugar de origem, falta de transporte coletivo).

Prof. César: Muitas vezes.

Profª Leila: Todos os museus que visitamos são bem localizados.

Profª Denise: Sim. O deslocamento da turma, da escola para o museu, é sempre um pouco complicado.

Profª Reia: Sim. Distância e dificuldade de ingressar nos transportes coletivos com as turmas são os maiores obstáculos.

11. Quando visita museus, o(a) senhor(a) consegue fazer conexão entre a informação repassada em suas aulas aos seus alunos com as visitas às exposições?

Prof. César: É sempre esse o objetivo da visitação. Dependendo da estrutura local, isto é possível.

Profª Leila: Sempre conseguimos estabelecer um vínculo entre o conteúdo estudado e as visitas. Além disso, trabalhamos produção de texto.

Profª Denise: Sempre. É esse o meu objetivo principal.

Profª Reia: Sim. Em geral, o museu, ou a exposição escolhida, é planejado cuidadosamente a fim de contribuir para agregar conhecimento sobre determinado assunto que está ou foi abordado em sala de aula.

12. Qual a reação de seus alunos, que o(a) senhor(a) percebe, após as visitas aos museus?

Prof. César: Para alguns fica explícito a ampliação dos horizontes de percepção e reflexão sobre as temáticas abordadas. Muitos, entretanto, captam pouco. Uma questão ligada à interatividade da exposição parece estar ligada ao “desinteresse” cognitivo dos jovens com as tradicionais linhas de “exposição”.

Profª Leila: Curiosidade, admiração e espanto.

Profª Denise: A maioria aproveita a visita e já sai do museu querendo marcar a próxima.

Profª Reia: Os alunos demonstram euforia, alegria com as descobertas que fizeram ou fazem.

## ESTATÍSTICA DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS POR ALUNOS DAS REDES DE ENSINO DE NÍVEIS FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR

Respondentes: Alunos das Redes Públicas de Ensino do Nível Fundamental, com faixa etária entre 10 e 15 anos; do Nível Médio, com faixa etária entre 15 e 18 anos, e do Nível Superior, com faixa etária acima de 18 anos. Os respondentes do Nível Fundamental foram em maior número, pois abrangeram alunos do 6º e 9º anos.

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>
Nível Fundamental	93
Nível Médio	23
Nível Superior	28
Total	144

Estatística Do Resultado Da Aplicação Dos Questionários:

1. Você já visitou algum museu?

<i>Respondentes</i>	<i>SIM</i>	<i>Freq. Rel</i>	<i>NÃO</i>	<i>Freq. Rel</i>
Nível Fundamental	89	96%	4	4%
Nível Médio	23	100%	0	0%
Nível Superior	28	100%	0	0%
Total	140	97%	4	3%

2. Você visita museus com que frequência durante o período de aulas (ano letivo)?

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	19	21%	Nunca
Nível Fundamental	68	76%	Poucas Vezes
Nível Fundamental	2	2%	Sempre
Nível Médio	7	30%	Nunca
Nível Médio	16	70%	Poucas Vezes
Nível Médio	0	0%	Sempre
Nível Superior	5	18%	Nunca
Nível Superior	20	71%	Poucas Vezes
Nível Superior	3	11%	Sempre
Total	140		

3. Quais dos museus abaixo você já visitou?

Museu Histórico Nacional ; Museu da República ; Museu Nacional ; Museu Imperial

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	17	19%	Nenhum
Nível Fundamental	64	72%	Algum
Nível Fundamental	8	9%	Todos
Nível Médio	2	9%	Nenhum
Nível Médio	19	83%	Algum
Nível Médio	2	9%	Todos
Nível Superior	0	0%	Nenhum
Nível Superior	19	68%	Algum
Nível Superior	9	32%	Todos
Total	140		

4. Você estuda, ou estudou, quantos anos do ensino fundamental (1<sup>a</sup> ao 9<sup>a</sup> ano) em escola pública?

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	0	0%	Nenhum
Nível Fundamental	54	61%	Algum
Nível Fundamental	35	39%	Todos
Nível Médio	0	0%	Nenhum
Nível Médio	6	26%	Algum
Nível Médio	17	74%	Todos
Nível Superior	20	71%	Nenhum
Nível Superior	5	18%	Algum
Nível Superior	3	11%	Todos
Total	140		

5. Quando você viaja, para alguma cidade ou país, você costuma visitar museus para conhecer a história do lugar?

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	41	46%	Nunca
Nível Fundamental	40	45%	Às vezes
Nível Fundamental	8	9%	Sempre
Nível Médio	9	39%	Nunca
Nível Médio	13	57%	Às vezes
Nível Médio	1	4%	Sempre
Nível Superior	2	7%	Nunca
Nível Superior	14	50%	Às vezes
Nível Superior	12	43%	Sempre
Total	140		

6. Como você definiria a experiência, ou as sensações, ao visitar um museu ?

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	3	3%	Não Gosto
Nível Fundamental	39	44%	Gosto Pouco
Nível Fundamental	47	53%	Gosto Muito
Nível Médio	1	4%	Não Gosto
Nível Médio	11	48%	Gosto Pouco
Nível Médio	11	48%	Gosto Muito
Nível Superior	1	4%	Não Gosto
Nível Superior	4	14%	Gosto Pouco
Nível Superior	23	82%	Gosto Muito
Total	140		

6. Você alguma vez sentiu necessidade de um professor ou orientador para que entendesse a importância das obras ou de objetos contidos no museu?

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	24	27%	Nunca
Nível Fundamental	53	60%	Às vezes
Nível Fundamental	12	13%	Sempre
Nível Médio	4	17%	Nunca
Nível Médio	16	70%	Às vezes
Nível Médio	3	13%	Sempre
Nível Superior	7	25%	Nunca
Nível Superior	15	54%	Às vezes
Nível Superior	6	21%	Sempre
Total	140		

7. Em alguma visita a museu você não conseguiu assimilar (entender) alguma peça da exposição?

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	21	24%	Nunca
Nível Fundamental	61	69%	Às vezes
Nível Fundamental	7	8%	Sempre
Nível Médio	4	17%	Nunca
Nível Médio	19	83%	Às vezes
Nível Médio	0	0%	Sempre
Nível Superior	1	4%	Nunca
Nível Superior	23	82%	Às vezes
Nível Superior	4	14%	Sempre
Total	140		

9. Em algum momento, ao visitar um museu você encontrou dificuldade de acesso? (dificuldade de estacionamento, distância de seu lugar de origem, falta de transporte coletivo)

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	46	52%	Nunca
Nível Fundamental	38	43%	Em alguns
Nível Fundamental	5	6%	Sempre
Nível Médio	10	43%	Nunca
Nível Médio	12	52%	Em alguns
Nível Médio	1	4%	Sempre
Nível Superior	9	32%	Nunca
Nível Superior	18	64%	Em alguns
Nível Superior	1	4%	Sempre
Total	140		

10. Você, quando visita museus, consegue interligar o conhecimento adquirido nas aulas da sua escola com as visitas às exposições?

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	7	8%	Nunca
Nível Fundamental	64	72%	Às vezes
Nível Fundamental	18	20%	Sempre
Nível Médio	4	17%	Nunca
Nível Médio	12	52%	Às vezes
Nível Médio	7	30%	Sempre
Nível Superior	3	11%	Nunca
Nível Superior	16	57%	Às vezes
Nível Superior	9	32%	Sempre
Total	140		

11. Você quando visita museus

<i>Respondentes</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Freq. Rel.</i>	<i>Respostas</i>
Nível Fundamental	3	3%	Não Gosta
Nível Fundamental	37	42%	Nem Gosta Nem Desgosta
Nível Fundamental	49	55%	Gosta Muito
Nível Médio	0	0%	Não Gosta
Nível Médio	13	57%	Nem Gosta Nem Desgosta
Nível Médio	10	43%	Gosta Muito
Nível Superior	1	4%	Não Gosta
Nível Superior	2	7%	Nem Gosta Nem Desgosta
Nível Superior	25	89%	Gosta Muito
Total	140		

## CONCLUSÃO

A pesquisa, em grau de importância, representa uma estimativa dos possíveis resultados das entrevistas com alunos da rede pública de ensino na cidade do Rio de Janeiro. É importante salientar que as escolas escolhidas encontram-se próximas ou possuem facilidade de acesso com os museus usados como referência neste trabalho, resultado que poderia ser diferente se fossem aplicados os mesmo questionários em escolas distantes da zona central da cidade, como a zona oeste, por exemplo. Outro dado importante é a quantidade de alternativas que foram simplificadas para que crianças de 10 anos pudessem escolhê-las sem dificuldade.

Com base na estatística dos dados coletados através dos questionários aplicados aos alunos dos níveis fundamental, médio e superior e nas entrevistas realizadas com professores e na pesquisa bibliográfica realizadas podemos ter as seguintes reflexões teóricas:

Dos cento e quarenta e quatro entrevistados, quatro alunos do ensino fundamental nunca haviam visitado museu, porém dentre os alunos que não visitam museus durante o ano letivo, embora já os tenham visitado em algum momento de suas vidas, são, na nossa pesquisa, em sua maioria alunos do ensino médio, fator que representa um gradual distanciamento entre as escolas e os museus.

É importante salientar ainda as declarações de alguns professores a quais apontaram que, apesar de alguns alunos demonstrarem grande realização com a experiência, na média, o que se vislumbra é a passividade ou o pouco interesse pelo

que foi visto ou aprendido, enfatizando que o mais destacado para os alunos nas visitas é o passeio, numa reação de espanto e surpresa.

Grande parte dos alunos do ensino fundamental entrevistada nunca visitaram os museus que se encontram próximos ao bairros onde residem, e que possuem pouco ou nenhum acesso às exposições, sejam elas permanentes ou periódicas, apresentando, por vezes, dificuldades de acesso aos museus. Vale lembrar que as escolas onde os respondentes da pesquisa estudam ficam na zona sul da cidade do Rio de Janeiro e que alguns dos museus citados no questionário localizam-se no bairro do Catete e São Cristóvão.

Grande percentual dos respondentes dos três níveis de ensino gostam das visitas aos museus, apesar de encontrarmos um grande decréscimo no nível médio, compostos de adolescentes entre 14 e 17 anos, dado que corrobora a análise feita pelo professor César Miranda, ressaltando o desinteresse cognitivo dos jovens associado à pouca captação do tema exposto nos museus, percebidos após a visita com suas turmas.

O professor enfatiza ainda a deficiência de espaços para interação das crianças e jovens com as exposições nos museus visitados como um fator de distanciamento entre o público e as instituições, que também pode justificar a grande proporção de respondentes que às vezes não consegue interligar o conhecimento adquirido nas aulas da sua escola com as visitas às exposições

Em alusão à problemática apontada na Europa na década de 60 nos os alunos do ensino básico e fundamental, os quais não estavam mais sendo preparados para receber a arte e cultura que os museus ofereciam, aqui no Brasil, mais especificamente

nas escolas visitadas, os alunos não têm formação para apreciar e internalizar a mensagem das obras artísticas, pois além de serem pouco preparados nas salas de aula, faltam-lhes orientadores e professores capacitados para servirem de canal do conhecimento nos museus.

Quando perguntados se em alguma visita a museu não conseguiram assimilar ou entender alguma peça da exposição uma grande porcentagem dos alunos responderam que às vezes acontecia e para grande parte sempre acontecia, assim como a necessidade de um professor ou orientador para facilitar o entendimento das obras ou peças da exposição, dificuldade que não é sanada nem pelos respondentes de ensino superior, dentre os quais poucos estudaram em escola pública.

Percebemos através da exposição dos questionários aplicados aos professores e aos alunos que o papel dos museus brasileiros, instituições mantidas pelo poder público e pela iniciativa privada, precisa ter ampliado o seu valor educacional, semiutilizado ou utilizado em escala inferior ao potencial e grau de importância, vistos pela maioria dos alunos como fonte de entretenimento e de lazer sem raciocínio, longe do objetivo principal que é de transmitir cultura, contribuir para a territorialização e aprimorar o conhecimento da história no cidadão brasileiro. Entretanto, sem que a ideia de nacionalismo, como durante grande período de nossa história, seja imposta aos cidadãos de forma coercitiva, mas como apego por conhecer o lugar de onde viemos e por que assim vivemos, a todos assegurados o pertencimento ao território através da cultura e da relação de proximidade com as nossas raízes e esse trabalho de formação do cidadão poderá ter, mais uma vez, a contribuição da mulher, dado que a grande

maioria dos professores entrevistados e participantes do quadro de pessoal das escolas de ensinos fundamental e médio visitadas são de mulheres.

A forma de administração vertical, contribuiu de fato para que em nosso povo não houvesse uma consciência nacional em época da colonização, tornando-nos dependentes e poucos estimulados à unificação, daí a regionalização cultural em nosso país que segrega e, por vezes, não fortalece nossa identidade nacional. Fato que poderia ser minimizado se não houvesse entre os museus brasileiros e o povo o abandono e distanciamento percebidos nos respondentes e até entre as próprias instituições museológicas, que não praticam a política de sistematização e efetivação da disseminação de nossa cultura, tornando-se um fim em si mesmas, ratificando a idéia da disfunção da burocracia em nossas instituições.

Enfatizamos a retórica de que patriotismo ou nacionalismo seja algo que podemos querer conquistar, desde que estimulados, seduzidos, afetados. Que o pertencimento a um país, a uma instituição, formal ou informal, transfere-nos identidade. Portanto, a adoção de política de disseminação do conhecimento e participação efetiva na construção identitária do cidadão brasileiro deveriam, ser praticadas não só nas cidades próximas aos museus, mas a contribuição mútua entre os museus de modo que proporcionassem melhoria no acesso aos visitantes brasileiros de todos os estados e estrangeiros de todas as nações, agregando valor, assim, ao nosso reconhecimento cultural e histórico internacional.

## REFERÊNCIAS

1. BUENO, Francisco da Silveira; Minidicionário da Língua Portuguesa; Editora FTD S. A. ; 1996.
2. CHIAVENATO, Idalberto; Administração Geral e Pública; Editora Campus, 2006
3. COUTINHO, Maria Lúcia; Artigo: Dos Contos de Fadas aos Superheróis: Mulheres e Homens Brasileiros Reconfiguram Identidades, Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, 2000.
4. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Seção 1, ano CXLV, nº 189, Brasília- DF, 30 set. 2008.
5. FREYRE, Gilberto; Casa-Grande & Senzala; Global Editora, 2008
6. FRIEDMAN, Thomas L., O Mundo é Plano, Editora Objetiva, 2007
7. GIL, Antonio Carlos, Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, Editora Atlas S. A , 2006
8. GONÇALVES, Vera Lucia; Leite M. M. Januário; CIAMPONE, M. H. Trench; A Pesquisa-Ação Como Método Para Reconstrução De Um Processo De Avaliação De Desempenho; 2002
9. HOLANDA, Sérgio Buarque, Raízes do Brasil,.Companhia das Letras, 2004
10. LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade, Metodologia Científica; Editora Atlas, 2008.
11. LYRA, Maria de Lourdes Viana, Pátria do cidadão, A concepção de pátria/nação em Frei Caneca, Revista Brasileira de História, 1998
12. LUKACS, John, O Fim de Uma Era, Jorge ZAHAR Editor, 2005

13. MAGNANI, José Guilherme Cantor, De Perto e De Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2002
14. MASI, Domenico de, O Ócio Criativo, Editora Sextante/GMT, 2000
15. PÁTIO: Revista Pedagógica, nº 48; Janeiro de 2009
16. PORTELLA, Eduardo, A Reconstrução da Subjetividade; Projeto Quarta às 4, Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional; 16/08/2007
17. SADER, Emir, O Resgate da América Latina; Projeto Quarta às 4, Auditório Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional; 13/09/2007
18. SANTOS FILHO, João dos, EMBRATUR, Da Euforia Ao Esquecimento: O Retorno Às Raízes Quando Serviu À Ditadura Militar, abril de 2004
19. SCHWARTZMAN, Simon; Formação da Comunidade Científica no Brasil; FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos Companhia Editora Nacional; 1979
20. SODRÉ, Muniz, A Comunicação do Grotesco, Editora Vozes Ltda Petrópolis, RJ, 1980, 8ª Edição
21. TRIGO, Luciano, JORNAL O GLOBO; Economia, 5 de outubro de 2008.
22. WEBER, Max, *Ensaio de Sociologia*, ZAHAR Editores , 1982
23. [www.blog.ipeccultural.org.br](http://www.blog.ipeccultural.org.br)
24. [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)
25. [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)
26. [www.miniweb.com.br](http://www.miniweb.com.br)
27. [www.museologia.incubadora.fapesp.br](http://www.museologia.incubadora.fapesp.br)
28. [www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

## ANEXO 1

Questionário: MONOGRAFIA: “A participação dos museus na formação histórica e cultural e na construção identitária do cidadão brasileiro”

Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_  
Unidade de Ensino (atual): \_\_\_\_\_

12. Você já visitou algum museu?  
 SIM  NÃO

Caso a resposta seja afirmativa, responda as questões seguintes:

2. Você visita museus com que frequência durante o período de aulas (ano letivo)?  
 NUNCA  POUCAS VEZES  SEMPRE

3. Quais dos museus abaixo você já visitou?  
Museu Histórico Nacional ; Museu da República ; Museu Nacional ; Museu Imperial  
 NENHUM  ALGUM  TODOS

4. Você estuda, ou estudou, quantos anos do ensino fundamental (1ª ao 9ª ano) em escola pública?  
 NENHUM  ALGUNS  TODOS

5. Quando você viaja, para alguma cidade ou país, você costuma visitar museus para conhecer a história do lugar?  
 NUNCA  ÀS VEZES  SEMPRE

6. Como você definiria a experiência, ou as sensações, ao visitar um museu ?  
 NÃO GOSTO  GOSTO POUCO  GOSTO MUITO

7. Você alguma vez sentiu necessidade de um professor ou orientador para que entendesse a importância das obras ou de objetos contidos no museu?  
 NUNCA  ÀS VEZES  SEMPRE

8. Em alguma visita a um museu você não conseguiu assimilar (entender) alguma peça da exposição?  
 NUNCA  ÀS VEZES  SEMPRE

9. Em algum momento, ao visitar um museu você encontrou dificuldade de acesso? (dificuldade de estacionamento, distância de seu lugar de origem, falta de transporte coletivo)  
 NUNCA  EM ALGUNS  SEMPRE

10. Você, quando visita museus, consegue interligar o conhecimento adquirido nas aulas da sua escola com as visitas às exposições?

NUNCA             ÀS VEZES             SEMPRE

11. Você quando visita museus

NÃO GOSTA     NEM GOSTA NEM DESGOSTA     GOSTA MUITO

## **ANEXO 2**

### **TEXTO DO DECRETO DO ACORDO ORTOGRÁFICO**

#### **DECRETO Nº 6.583, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008**

Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e Considerando que o Congresso Nacional aprovou, por meio do Decreto Legislativo nº 54, de 18 de abril de 1995, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990;

Considerando que o Governo brasileiro depositou o instrumento de ratificação do referido Acordo junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, na qualidade de depositário do ato, em 24 de junho de 1996;

Considerando que o Acordo entrou em vigor internacional em 1º de janeiro de 2007, inclusive para o Brasil, no plano jurídico externo;

**DECRETA:**

Art. 1º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, entre os Governos da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República

de Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, de 16 de dezembro de 1990, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º O referido Acordo produzirá efeitos somente a partir de 1º de janeiro de 2009.

Parágrafo único. A implementação do Acordo obedecerá ao período de transição de 1º de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2012, durante o qual coexistirão a norma ortográfica atualmente em vigor e a nova norma estabelecida.

Art. 3º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art.49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim

**ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA** (Publicação do Diário Oficial da União)

Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de língua portuguesa aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de

Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional, Considerando que o texto do acordo que ora se aprova resulta de um aprofundado debate nos Países signatários, a República Popular de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa, e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam no seguinte:

Artigo 1º É aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que consta como anexo I ao presente instrumento de aprovação, sob a designação de Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e vai acompanhado da respectiva nota explicativa, que consta como anexo II ao mesmo instrumento de aprovação, sob a designação de Nota Explicativa do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Artigo 2º Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração, até 1 de janeiro de 1993, de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normalizador quanto possível, no que se refere às terminologias científicas e técnicas.

Artigo 3º O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1º de janeiro de 1994, após depositados os instrumentos de ratificação de todos os Estados junto do Governo da República Portuguesa.

Artigo 4º Os Estados signatários adotarão as medidas que entenderem adequadas ao efetivo respeito da data da entrada em vigor estabelecida no artigo 3º.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente credenciados para o efeito, aprovam o presente acordo, redigido em língua portuguesa, em sete exemplares, todos igualmente autênticos.

Assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990.

PELA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

JOSÉ MATEUS DE ADELINO PEIXOTO

Secretário de Estado da Cultura

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARLOS ALBERTO GOMES CHIARELLI

Ministro da Educação

PELA REPÚBLICA DE CABO VERDE

DAVID HOPFFER ALMADA

Ministro da Informação, Cultura e Desportos

PELA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

ALEXANDRE BRITO RIBEIRO FURTADO

Secretário de Estado da Cultura

PELA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

LUIS BERNARDO HONWANA

Ministro da Cultura

PELA REPÚBLICA PORTUGUESA

PEDRO MIGUEL DE SANTANA LOPES

Secretário de Estado da Cultura

Diário Oficial da União, Seção 1, ano CXLV, nº 189, Brasília- DF, 30 set. 2008.

### **ANEXO 3**

#### **SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS**

#### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS <sup>33</sup>**

Brasília, Novembro de 2004.

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da República  
Luiz Inácio Lula da Silva

Sr. Presidente,

I

O universo museal brasileiro, diversificado e complexo, encontra-se em franca expansão. Existem, hoje, no Brasil, milhares de museus em todo o território nacional.

---

<sup>33</sup> [www.revistamuseu.com.br](http://www.revistamuseu.com.br)

Esses museus, de tipologia variada, desenvolvem, na maioria das vezes, programas, projetos e ações fragmentados e pouco articulados. Essa falta de comunicação e articulação, além de favorecer o desperdício de possibilidades culturais significativas, tende a comprometer o aprimoramento e a qualificação dos museus e a criar insuficiências no campo museológico brasileiro.

Nesse contexto, a criação do **Sistema Brasileiro de Museus**, proposta neste Decreto, vem, em boa hora, contribuir para a superação de antigos obstáculos, para a valorização de saberes e fazeres específicos do campo museal e para a melhor organização, gestão e desenvolvimento dos museus e dos processos museológicos, a exemplo do que acontece na região da Catalunha e em países como Portugal, Espanha, França e outros, onde já existem sistemas ou redes de museus em pleno funcionamento.

A institucionalização do **Sistema Brasileiro de Museus** vem ao encontro de uma antiga demanda do setor museológico e configura-se como um passo fundamental na implementação da Política Nacional de Museus, lançada em maio de 2003, pelo Ministério da Cultura. Uma das premissas dessa Política é a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a comunicação, a valorização, a preservação, a pesquisa, o gerenciamento e a fruição qualificada do patrimônio cultural e natural, de modo a transformá-lo num dispositivo estratégico de desenvolvimento e inclusão social e a torná-lo cada vez mais representativo da diversidade cultural brasileira. Vale ressaltar que a proposta deste decreto foi amplamente discutida com o setor museológico brasileiro. O seu texto foi colocado à disposição de profissionais de museus, setor acadêmico e instituições que

tratam do tema, para que pudessem opinar, apresentar sugestões e comentários antes de ser encaminhada à apreciação de Vossa Excelência.

A Coordenação-Geral do **Sistema Brasileiro de Museus**, em função de suas características, atribuições e abrangência, ficará a cargo do Ministério da Cultura. Na verdade, a proposta de criação do Sistema visa a garantir a continuidade e a ampliação do trabalho já iniciado pelo Ministério da Cultura, que, assumindo suas responsabilidades sociais de agente articulador e propulsor de políticas públicas de cultura, constituiu-se num espaço legítimo de interlocução e formulação da política museológica brasileira.

O conceito de museu utilizado neste decreto teve como inspiração o conceito definido pelo Conselho Internacional de Museus – Icom, porém com adaptações, de modo a abranger os novos temas que permeiam a atividade museológica, compreendendo-os como práticas sociais que tratam das manifestações materiais e imateriais do homem, e com a finalidade de se adequar à realidade de nosso país, onde existe uma amplitude de tipologia de museus.

A institucionalização do **Sistema Brasileiro de Museus** será, enfim, um marco diferencial na atuação do Estado em relação ao uso, comunicação, documentação, investigação e preservação do nosso patrimônio cultural material e imaterial, especialmente os vinculados aos museus.

O Sistema deverá contribuir, de modo efetivo, para a organização e gestão dos museus, sejam eles de administração pública, privada ou mista; para o desenvolvimento dos processos museológicos; para a formação e capacitação dos recursos humanos e para a produção do conhecimento na área da Museologia. A

finalidade é desenvolver um campo de gestão e configuração do setor museológico brasileiro, de forma **articulada e participativa**, de modo a apoiar a atuação dos museus e o desenvolvimento de processos museais, construindo, conjuntamente, políticas públicas em nível nacional para o setor, respeitando as diversidades regionais.

Na perspectiva do Ministério da Cultura, é fundamental a aliança entre o poder público e a sociedade civil, visando ao aperfeiçoamento e à articulação dos museus brasileiros, sejam eles de grande, médio ou pequeno porte, nacionais, regionais ou locais, de sede única ou de múltiplas sedes. Esse papel articulador, estimulador e coordenador será desempenhado pelo **Sistema Brasileiro de Museus**, cuja criação preenche uma lacuna historicamente determinada e insere-se no conjunto de atos que objetivam a consolidação de uma Política Nacional de Museus, inspirada em princípios republicanos, democráticos e participativos.

Gilberto Passos Gil Moreira

Ministro de Estado da Cultura

#### **ANEXO 4**

#### **SISTEMA BRASILEIRO DE MUSEUS – DECRETO Nº 5.264, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2004.**

*Dispõe sobre a criação do Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e VI do artigo 84, da Constituição, **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica criado o Sistema Brasileiro de Museus, que tem as seguintes finalidades:

I - valorizar, registrar e disseminar saberes e fazeres específicos do campo museológico;

II - contribuir para a melhor organização, gestão e desenvolvimento de instituições museológicas e acervos museológicos;

III - interagir com pesquisadores, professores, gestores e técnicos que atuam no campo museológico; e

IV – promover a cooperação nas áreas de aquisição, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação, difusão e capacitação de recursos humanos entre o Ministério da Cultura e as unidades museológicas que integram o Sistema.

**Parágrafo único.** A coordenação geral do Sistema Brasileiro de Museus ficará a cargo do Ministério da Cultura, ao qual compete identificar alternativas com vistas ao traçado de diretrizes para o exercício da atividade sistematizada, estabelecendo orientação normativa e supervisão técnica, emitindo recomendações, resoluções e outros pronunciamentos sobre matéria de competência do Sistema.

**Art. 2º** - Para fins deste Decreto, as instituições museológicas são compreendidas como práticas sociais colocadas ao serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e comprometidas com a gestão democrática e participativa.

**Parágrafo único.** Entre as principais características das instituições museológicas, destacam-se:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural integral, compreendendo o patrimônio material, o imaterial e o natural;

II - a presença de acervos e exposições abertos ao público, com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção do conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer;

III - o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural integral como recurso educacional e de inclusão social; e

IV - a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais.

**Art. 3º** - Integram o Sistema Brasileiro de Museus as instituições museológicas de administração pública federal, vinculadas a Poder Executivo.

**§ 1º** - Poderão fazer parte do Sistema Brasileiro de Museus, mediante a assinatura de instrumento legal formalmente estabelecido com o Ministério da Cultura, as seguintes instituições:

I – as instituições museológicas de administração pública federal, vinculadas aos Poderes Legislativo e Judiciário;

II – as instituições museológicas de administração pública estadual ou municipal, privada ou mista;

III - os Sistemas e Redes Estaduais e Municipais de Museus;

IV - as organizações sociais, museus comunitários, ecomuseus e os grupos étnicos e culturais que mantenham ou estejam desenvolvendo projetos

museológicos;

V - as escolas e universidades, oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação, que mantenham cursos relativos ao campo museológico; e

VI - as entidades organizadas vinculadas ao setor museológico.

**§ 2º** - As instituições museológicas integrantes do Sistema Brasileiro de Museus deverão efetuar seu registro no Cadastro Nacional de Museus, previsto no inciso X do art. 4º.

**§ 3º** - Os integrantes do Sistema Brasileiro de Museus terão preferência no recebimento de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional de Cultura.

**Art. 4º** - Constituem atribuições do Sistema Brasileiro de Museus:

I - promover a articulação entre as instituições museológicas existentes no Brasil, respeitando sua autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica;

II - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;

III - divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas;

IV - estimular e apoiar os programas e projetos de incremento e qualificação profissional de equipes que atuam em instituições museológicas;

V - estimular a participação dos diversos segmentos da sociedade, inclusive da iniciativa privada, de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros, reforçando os interesses na viabilização e manutenção dos

objetivos do Sistema;

VI - estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades educativas e culturais das instituições museológicas;

VII – avaliar e julgar as concessão do selo “museu brasileiro” às instituições museológicas por meio do Conselho previsto no art. 5º;

VIII - incentivar a criação de redes e sistemas estaduais e municipais de museus;

IX - promover e contribuir para o intercâmbio com sistemas e redes nacionais e internacionais de museus;

X – contribuir para a implementação, manutenção e atualização do Cadastro Nacional de Museus;

XI – propor a criação e aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no país;

XII - propor medidas para política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;

XIII- incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais de instituições museológicas do país; e

XIV - estimular políticas de permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervos.

**Art. 5º** - O Sistema Brasileiro de Museus disporá de Conselho específico, presidido pelo Ministro da Cultura ou representante por ele designado, com a finalidade de ampliar a capilaridade do Sistema, definir e estabelecer diretrizes para a área museológica e apoiar e acompanhar o aprimoramento do campo museológico brasileiro.

**§ 1º** - O Conselho do Sistema Brasileiro de Museus será constituído:

I – pelo Ministro da Cultura;

II – por um representante do Ministério da Cultura;

III – por um representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

IV – por um representante do Ministério da Educação;

V – por um representante do Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI – por um representante do Ministério da Defesa;

VII – por um representante do Ministério do Turismo;

VIII – por um representante dos sistemas estaduais de museus;

IX – por um representante dos sistemas municipais de museus;

X – por dois representantes dos museus privados;

XI – por um representante dos ecomuseus e museus comunitários;

XII – por um representante do Conselho Federal de Museologia;

XIII – por um representante da Associação Brasileira de Museologia;

XIV – por um representante do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; e

XV – por dois representantes das instituições universitárias vinculadas à área de Museologia.

**§ 2º** - O Conselho reunir-se-á em caráter ordinário e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou por solicitação escrita pela maioria dos seus integrantes.

**§ 3º** - O Conselho poderá convidar entidades e profissionais não previstos no § 1º deste artigo para participar de suas reuniões.

**§ 4º** - A organização e funcionamento do Conselho serão regulamentados por meio de regimento interno.

**§ 5º** - Poderão ser criados grupos temáticos com a finalidade de estudar e elaborar propostas sobre temas específicos.

**Art. 6º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Gilberto Passos Gil Moreira